



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Psicologia

Heloisa Satsiko Devulsky Shimabukuro

Agressividade e violência: o que a clínica do ato nos ensina?

Rio de Janeiro

2016

Heloisa Satsiko Devulsky Shimabukuro

Agressividade e violência: o que a clínica do ato nos ensina?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, Instituto de Psicologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloisa Fernandes Caldas Ribeiro

Rio de Janeiro

2016

Heloisa Satsiko Devulsky Shimabukuro

Agressividade e violência: o que a clínica do ato nos ensina?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, Instituto de Psicologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 02 de maio de 2016.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Heloisa Fernandes Caldas Ribeiro (orientadora)
Departamento de Psicologia Clínica - UERJ

Prof.^a Dr.^a Doris Luiz Rinaldi
Departamento de Psicologia Clínica - UERJ

Prof. Dr. Luis Moreira de Barros
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro,
2016

DEDICATÓRIA

À minha *a*-nalista que, ao emprestar seu ser à sua função, atravessa comigo o espaço e o tempo antes e depois do espelho quebrado me ajudando a recolher os cacos, sem o qual a elaboração dessa escrita solitária não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

À Aparecida, minha tão-amada mãe, a origem do meu desejo, por me inspirar com a sua *joie de vivre* e com seu *savoir-y-faire* com o feminino da vida.

Ao Airton, meu pai, a fonte do meu saber, meu primeiro cavalheiro que me transmitiu o sangue e o nome, por iluminar meus caminhos com sua sensibilidade e cuidado.

Ao Renato, meu irmão, meu segundo cavalheiro que me ensinou a ser filha e que dividiu generosamente comigo nossos pais, por ser meu leme nesse mar de surpresas mesmo do outro lado do mundo.

Aos familiares, de longe e de perto, por me dedicarem carinho e preocupação e pelos momentos tão raros e tão alegres que só uma família pode partilhar.

À Pa e Rob, meus irmãos além do sangue, pelo amor e segurança que me fazem sentir e por me acolherem e alimentarem tantas e tantas vezes.

Às amigas (in)visíveis, minhas amadas companheiras de aventuras e desventuras, pelas alegrias infindáveis que me proporcionam, pelo respeito e paciência nos momentos de recolhimento e por compartilharem comigo essa vida carioca tão caótica quanto maravilhosa.

Aos amigos do Rio, nem todos necessariamente cariocas, pelos sambas vividos, por me ensinarem a levar a vida com mais leveza e pela cadência tão própria com que embalam minha vida.

Aos amigos de Campo Grande, minha turma tão minha, por terem construído comigo a minha história, por se fazerem presentes de tantos modos possíveis e por me fazerem sentir, a cada reencontro, o prazer de uma amizade.

Ao amor, que vai chegar, o terceiro cavalheiro a quem darei a mão, pelo encontro fortuito, por fazer pulsar em mim a esperança fantasiosa – demasiada humana – que me causa o desejo mesmo sem te (re)conhecer, por tanto que já aprendi justamente por só te imaginar, por ser o começo de todo o resto...

À Heloisa Caldas, minha orientadora, pela aposta em meu desejo, pela oportunidade de trabalharmos em parceria, pela disposição em ensinar e por clarear os caminhos, às vezes tão obscuros e árduos, dessa escrita.

Ao Luis Moreira e à Doris Rinaldi, minha banca de mestrado, pela leitura atenta e generosa dessa dissertação, pela transferência instituída e por poder endereçar essa pesquisa a vocês que aceitaram me acompanhar nesse percurso desde o exame de qualificação.

Aos professores desse mestrado pela contribuição fecunda para a psicanálise, pelos esforços empreendidos para a nossa formação e por partilharem conosco os seus saberes.

Aos colegas da Unidade de Pesquisa da UERJ, por dividirem comigo dúvidas, questionamentos e confusões que muitas vezes Freud e Lacan nos suscitam e por compartilharem pesquisas tão relevantes e de maneira tão próxima que animam e movimentam meus estudos.

Aos colegas do ICP e da Unidade de Pesquisa Clínica e política do ato (EBP/ICP) pelos encontros prazerosos, por fomentarem discussões tão profícuas, por renovarem meu fôlego e assim me colocarem para trabalhar da melhor maneira possível.

É preciso não esquecer e respeitar a violência que temos. As pequenas violências salvam-nos das grandes.

Clarice Lispector

Ora, essas coisas psicanalíticas só são compreensíveis se forem relativamente completas e detalhadas, exatamente como a própria análise só funciona se o paciente descer das abstrações substitutivas até os ínfimos detalhes. Disso resulta que a discrição é incompatível com uma boa exposição sobre a psicanálise. É preciso ser sem escrúpulos, expor-se arriscar-se, trair-se, comportar-se como o artista que compra tintas com o dinheiro da casa e queima os móveis para que o modelo não sinta frio. Sem alguma dessas ações, criminosas, não se pode fazer nada direito.

Sigmund Freud

No homem “liberado” da sociedade moderna, eis que esse despedaçamento revela, até o fundo do ser, sua pavorosa fissura. [...] É essa vítima comovente, evadida de alhures, inocente, que rompe com o exílio que condena o homem moderno à mais assustadora galé social, que acolhemos quando ela vem a nós; é para esse ser de nada que nossa tarefa cotidiana consiste em reabrir o caminho de seu sentido, numa fraternidade discreta em relação à qual sempre somos por demais desiguais.

Jacques Lacan

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado tem como objetivo a investigação psicanalítica acerca do conceito de agressividade e dos apontamentos sobre a questão da violência sob o recorte da clínica do ato. Deparamos-nos, a princípio, com uma dificuldade epistemológica, uma vez que o termo agressividade e violência são utilizados em diversos contextos como sinônimos, senão precariamente diferenciados. Ademais, a própria psicanálise não toma a violência como um conceito estabelecido nem por Freud, nem por Lacan. Assim, o esforço empreendido nesta pesquisa se dedica a construção rigorosa do conceito de agressividade e as pontuações freudianas e lacanianas que podem homologar a violência como tal. Para aceder a esse ponto, escolhemos trabalhar a partir de um caso clínico que foi a causa de desejo para a referida investigação. Movimentado, assim, pela clínica, encontramos nas modalidades de ato, *acting-out* e passagem ao ato, indicações relevantes que nos orientam nestas questões. Apresentamos, portanto, nesta dissertação de mestrado o que pudemos depreender do caso clínico, que nos ensina como a violência se vincula ao ponto mais íntimo e singular de cada um, tal qual propõe Freud (1913) a partir da escuta do inconsciente do sujeito.

Palavras-chave: Agressividade. Violência. Clínica. *Acting-out*. Passagem ao ato.

ABSTRACT

The objective of this master's degree research is the psychoanalytic investigation of the concept of aggressiveness, and the notes on the issue of violence under the clinical spectrum of the act itself. At first it was a matter between object and subject as an epistemological problem, since the terms aggressiveness and violence are often used in different contexts as synonyms, or otherwise poorly differentiated. Moreover, psychoanalysis itself doesn't take violence as an established concept neither by Freud, nor by Lacan. Accordingly, the effort undertaken in this research is dedicated to the construction of the rigorous concept of aggressiveness through Freud's and Lacan's indications that can corroborate the concept of violence as such. To access this point, we chose to work based on a clinical case that was the cause of desire for this investigation. Moved by the clinical case, we found in the modalities of act, acting-out and passage to the act, relevant indications that guided us through these matters. All things considered, we present in this master's thesis what we could learn from the clinical case, that taught us how violence is closely linked to the most intimate and singular point of each person, as proposes Freud (1913) from the listening of the subject's unconscious.

Keywords: Aggressiveness. Violence. Clinic. Acting-out. Passage to the act.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A POSIÇÃO DO SUJEITO NA AGRESSIVIDADE	18
1.1 A construção do eu em Freud e Lacan	18
1.2 A pulsão de morte e a agressividade em Freud	24
1.3 A agressividade em Lacan	30
1.4 A fantasia e sua função mediadora	38
1.5 A ação e o <i>acting-out</i>	45
2 OS CAMINHOS DA VIOLÊNCIA	52
2.1 De que violência estamos falando?	52
2.2 A violência da linguagem: a operação de alienação-separação....	61
2.3 A saída de cena ou a passagem ao ato e sua relação com a violência	67
3 A CLÍNICA DO ATO	74
3.1 O caso P. e algumas articulações	74
3.2 O que a clínica do ato nos ensina?	80
3.2.1 <u>O choque do significante com o corpo</u>	80
3.2.2 <u>A implicação do sujeito: a desvitimização</u>	84
3.2.3 <u>A lógica do ato</u>	87
3.2.4 <u>O tempo lógico no ato</u>	92
3.3 O ato e a violência no percurso analítico do caso P.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

A vigente pesquisa teve como causa um atendimento clínico realizado num serviço de psicologia, no qual a questão da violência surgiu como ponto central do caso. Diante dos primeiros enunciados como: “eu levei porrada desde a gestação” e “eu agredi minha filha para educá-la”, foi possível observar que atos agressivos e violentos se apresentavam de maneira iminente a partir de um mal-estar radical experimentado pelo sujeito. Iniciamos, portanto, com uma breve apresentação do caso a fim de que ele nos conduza na leitura de nosso trabalho, uma vez que é o propulsor do mesmo.

P. chega à análise trazendo uma história marcada por uma violência pré-natal que se perpetuou ao longo de sua vida. Sua mãe foi morta pelo marido quando P. ainda era um bebê, tornando-a “a filha da falecida”. Ao ir morar com a tia, P. transforma-se na “filha de urubu” e na “gata borralheira”. Já adulta P. contrai uma doença venérea que acarreta embarço no manejo de seus relacionamentos, tendo como efeito a montagem de uma cena em que comparece a agressividade.

Contudo, o motivo que a levava à análise foi uma briga com uma das filhas que ela pontua como o momento em que passou da posição de agredida para a de agressora. Conta que já havia agredido a filha outras vezes com a intenção de educá-la. Entretanto, num determinado episódio, a filha revidou. Após familiares intervirem, um dito da filha faz com que P. novamente a ataque, porém, dessa vez, P. pontua ter sido diferente do intencional, uma vez que seu corpo foi tocado e impulsionado a realizar tal ato.

Durante o atendimento, notamos que algumas dessas situações encaminhavam a paciente para um processo de elaboração, entretanto, havia também as que permaneciam em aberto, apontando um limite da articulação significativa contida no processo simbólico que se escrevia em análise.

Assim, a questão que precipitou a elaboração da pesquisa surgiu ao tentarmos localizar o limite dessas situações que fez ressoar diferenças sutis e particulares do caso, nos convocando a pesquisar sobre as formas de

expressão em ato que se apresentam a partir da agressividade e da violência na vida e na dinâmica psíquica do sujeito.

Sabemos que uma pesquisa que toca a questão da violência, não pode ser facilmente atravessada por si só, pois basta que voltemos nosso olhar para os artifícios tecnológicos criados hoje, que encontraremos presente aí, uma diversidade de definições, exemplos, demonstrações e tratamentos do que é considerado agressivo e/ou violento hoje. Assim, no século XXI, o culto à divulgação das informações se prolifera em telas com referências à violência cada vez maior. Em contrapartida, logo nos deparamos com uma aporia: a violência está presente desde os primórdios da humanidade e transpassa todos os tempos, ademais, Freud (1913) ainda no início de sua obra a inclui na origem da civilização.

Ainda que tratar do referido tema seja caminhar por um solo árduo e íngreme, consideramos ser uma questão elementar, pois mesmo que, com a psicanálise, admitamos que a agressividade e a violência se apresentem de maneira relevante para a fundação do sujeito, não podemos banalizar os atos que decorrem deles. Acrescido a isso, vemos estampado nos noticiários a ideia de que haveria certa exasperação da violência, para a psicanálise, porém, isso não é tão evidente e simples:

O mais, o mais... existem diferentes maneiras de entender o “mais”. A primeira resposta seria dizer que sim, que, hoje, há mais violência, mas esse seria “um mais” contável [...]. Em certo sentido, existe mais, em outro, não: são querelas surgidas a partir de tentativas de nomear algo que sempre escapa (LAURENT, 2013, p. 33-34).

No que se refere à instauração da violência enquanto palavra, “o substantivo ‘violência’ deriva do termo latino *violentia*, que significa ‘qualidade de violento’. [...] O verbo correlato é *violare*, que quer dizer coagir, profanar, transgredir” (MACHADO, 2013, p. 129). Sua raiz latina é *vis* que se designa pela força e potência. Estamos, assim, diante do que podemos nomear de uma potente transgressão. Mas do que exatamente se trata quando adentramos no campo da psicanálise?

De início, é fundamental retomar e delimitar o próprio conceito de agressividade para psicanálise, tendo em vista que a violência nunca se configurou como um conceito psicanalítico. No entanto, seguindo com a obra de Freud e o ensino de Lacan, podemos encontrar indicações que homologam a questão da violência.

Assim, notamos que Freud viveu em um cenário social marcado principalmente pela Primeira Guerra Mundial e pensou seus conceitos clínicos a partir desta. Portanto, situar os atos agressivos e violentos no cerne da civilização parece bastante sensato para o discurso da época. Mas se pensarmos que o contexto sócio-histórico altera as suas formas de expressão, podemos dizer que a violência tal como nos deparamos hoje, pode não ser a mesma descrita por Freud, pois:

São experiências da violência privada, contrárias à violência organizada de massa, que nos fazem repensar a oposição que Freud estabelecia entre a psicologia das massas e a psicologia do eu, quando contrapunha dois tipos de massas. [...] Esta oposição: massas organizadas/massas não organizadas é substituída, hoje, pela privatização, pela desmassificação da violência (LAURENT, 2013, p. 35).

Com isso, Caldas (2012) aponta que se antes o conceito de violência tinha como prerrogativa a autoridade nas instituições, inclusive na familiar, hoje esse uso da autoridade deixou de ser tolerado. O que antes era natural e invisível tornou-se intransigente e público. Contudo, não foi sem as diretrizes da teoria psicanalítica freudiana que Lacan pensou o conceito de agressividade e pontuou questões acerca da violência, tal como verificaremos em nossa pesquisa.

Fuks (2007) apresenta as consequências atuais diante das previsões de Freud ao analisar o mal-estar que pairava em seu tempo, ou seja, “em um mundo em que a dessacralização da morte instalou uma ordem de violência sem limites, o silêncio ruidoso da pulsão de destruição acabou jogando as cartas” (FUKS, 2007, p. 141). Dessa maneira, podemos afirmar que estamos diante de novas experiências da irrupção da pulsão de morte.

Por conseguinte, a partir da descoberta do inconsciente, traçamos com a psicanálise uma perspectiva que vai à contra mão do discurso comum. Não

dedicada à cura, a psicanálise lida com a agressividade e a violência a partir de suas vicissitudes. Por não circunscrevê-las tão somente como um fato ou um fenômeno, mas sim como algo que funda o sujeito do inconsciente, permite singularizar aquilo que originalmente está para todos: a violência da linguagem. Assim, se por um lado, não se pode escapar do trauma violento da língua, por outro, é impossível prever como ele vai recair sobre cada sujeito.

Diante dessas pontuações, entendemos ser necessário assinalar que a presente pesquisa versa acerca das questões supracitadas a partir da singularidade do caso clínico em voga. Assim, as reflexões suscitadas pela análise do caso, nos conduziram à clínica do ato, que parecia atravessá-la. Desse modo, os pontos depurados nesse trabalho apreendem mais as construções estruturais de tais questões do que propriamente uma conduta ou uma classificação das mesmas.

Antes de expormos o que se deslinda nessa pesquisa, são imprescindíveis algumas considerações sobre a estrutura na qual ela foi construída, já que se trata da psicanálise como uma práxis rigorosa, sendo a pesquisa “uma dimensão essencial da práxis analítica, em função de sua articulação intrínseca, e não circunstancial, com o inconsciente” (ELIA, 2000, p. 19).

Assim, a pesquisa nos dá a possibilidade de difundir a elementar relação entre clínica e teoria haja vista que há um saber no inconsciente que deve ser captado na idiosincrasia de cada fala dirigida ao analista. O desafio, entretanto, é tamanho, que o próprio saber inconsciente não se deixa apreender de todo, incluindo assim, a necessária dimensão do não saber que inaugura um método novo, diferente dos saberes acabados e integralizados, o método psicanalítico (ELIA, 2000).

Além disso, o método psicanalítico exercido na pesquisa permite ao pesquisador-analista se pronunciar a partir de sua condição de sujeito do inconsciente, uma vez que está, necessariamente, circunscrito no discurso do Outro e permeado pela sua própria investigação, proporcionando, assim, um movimento dialético no qual atravessa sua pesquisa e é atravessado por ela (ELIA, 2000).

Com isso, percorrendo o caminho que Freud traçou e que Lacan ressaltou, sustentamos a clínica em seu caráter soberano em relação à produção do saber teórico. A clínica é, portanto, tomada em sua primazia, sendo o instrumento fundamental ao acesso do inconsciente do sujeito ou ao sujeito do inconsciente.

Ao afirmar que a clínica, por sua vez, deve ser atentamente explorada, torna-se necessário questionarmos seu estabelecimento, que diferentemente do que se pensa não tem relação com um *setting* pré-determinado. Do mesmo modo, uma pesquisa que tem como orientação a clínica deve ser igualmente tomada por seu rigor. Assim sendo,

Toda e qualquer pesquisa em psicanálise é necessariamente uma pesquisa clínica, não tanto pelo fato de utilizar como “campo” um espaço terapêutico – modo como normalmente se concebe o caráter indicado pelo atributo “clínico” dado a uma pesquisa. [...] Por isso, a clínica, como forma de acesso ao sujeito do inconsciente, é sempre o campo de pesquisa (ELIA, 200, p. 23).

Desse modo, tomamos como base o método psicanalítico que se institui na concepção do inconsciente. Nossa pesquisa será orientada pelas obras de Freud e pelo ensino de Lacan, além de outros pesquisadores e estudiosos contemporâneos, cujo trabalho e compromisso ético têm produzido expressivas contribuições para a psicanálise.

Dito isso, os esforços empreendidos nessa pesquisa estão direcionados ao que desejamos saber e apreender, avisados, contudo, que o saber psicanalítico por estrutura, tal como vimos, não almeja uma plenitude. Nas palavras de Freud:

A psicanálise constitui uma combinação notável, pois não abrange apenas um método de pesquisa das neuroses, mas também um método de tratamento baseado na etiologia assim descoberta. [...] a psicanálise não é fruto da especulação, mas sim o resultado da experiência; e, por essa razão, como todo novo produto da ciência, acha-se incompleta (FREUD, 1911-13, p. 225).

Assim sendo, estruturamos nossa pesquisa em três capítulos que fazem uma articulação teórico-clínica sobre as questões que desejamos investigar, quais sejam: a agressividade, a violência e a clínica do ato. Em cada capítulo encontraremos subitens que nos ajudam a organizar a leitura e a esclarecer os deslizamentos realizados para desenvolver tais questões. Nos dois primeiros, encontraremos fragmentos do caso clínico citado, a fim de manter o vivo da clínica em nosso percurso. No último capítulo o caso será mais amplamente detalhado e trabalhado.

O primeiro capítulo se intitula de *A posição do sujeito na agressividade*, e subdivide-se em cinco outros tópicos que derivam dessa importante base para o início de nossa pesquisa. Será trabalhada no primeiro subitem a construção do eu em Freud e Lacan e, conseqüentemente, a constituição do sujeito. Elucidamos, assim, o eu como estruturalmente paranoico, sendo necessária a entrada de um terceiro, o Outro. A partir do esquema L de Lacan (1954-55) se evidencia a hiância entre o simbólico e o imaginário.

Isso nos encaminha ao segundo subitem que abarca a pulsão de morte e a noção de agressividade em Freud. Relembramos que, diante do fenômeno clínico da compulsão à repetição, Freud (1920) se deparou com a pulsão de morte além do princípio do prazer. Essa formulação funda um momento tão relevante quanto problemático na obra freudiana, pois enquanto pulsão, só pode ser parcialmente satisfeita ou recalcada e encontra na expressão da agressividade o ilimitado de sua força.

No terceiro subitem encontramos o percurso de Lacan na construção do conceito de agressividade. Atravessando suas cinco teses que instituem a agressividade em diferentes circunstâncias e funções, Lacan (1948) aponta que a agressividade já está contida no discurso e, portanto, a atuação da agressividade aponta para a via do gozo ao engendrar o transbordamento da pulsão de morte e seu nó com a libido que retorna por meio dos atos.

Com isso, abordamos no quarto subitem a fantasia enquanto aparelho de gozo que atravessa e media as relações do sujeito. Ao tocar o ponto que marca a singularidade do sujeito, a fantasia se estabelece como o limite do saber. Assim, os efeitos que recaem sob a inconsistência do maquinário fantasístico nos levam ao quinto e último subitem desse capítulo que versará

acerca do *acting-out*. Nele trabalhamos a angústia como o encontro com o real, tendo como uma das respostas o *acting-out* enquanto repetição em ato da fantasia.

No segundo capítulo, nomeado *Os caminhos da violência*, encontramos três pontos de trabalho. O primeiro contém algumas pontuações de estudiosos que trabalham a questão da violência em diferentes campos de saber para em seguida apresentarmos as considerações psicanalíticas sobre a mesma. Por estar estritamente vinculada ao real, apontamos a violência para a psicanálise como algo que parte do singular de cada sujeito, ainda que esteja presente na base do laço social, tal como vimos com Freud (1913).

Adentramos desse modo, no segundo ponto que visa buscar a operação de causação do sujeito, a operação de alienação e separação, no que ela contém a violência da linguagem. Com isso, apresentamos a violência que funda o sujeito, mas também nos ocuparemos de sua vicissitude desagregadora, chegando ao terceiro e último ponto que assinala a íntima ligação da violência com a passagem ao ato. Veremos aí, como ambas se relacionam à ultrapassagem dos limites simbólicos, vinculando o excesso e o resto pulsional ao gozo que escapa ao sentido.

Assim, o terceiro e último capítulo dessa dissertação se designa por *A clínica do ato* e nele privilegiamos, num primeiro momento, a trama analítica do caso P. no que ela se desdobra e revela. Em seguida, um questionamento fundamental nos direciona nessa parte final da pesquisa: o que a clínica do ato nos ensina? Encontramos aí algumas reflexões acerca dessa questão, tal como a chegada de P. à análise a partir do que chamamos de *choque do significante com o corpo*. Num segundo momento, a nomeação de vítima será indagada, uma vez que acreditamos ter havido uma retificação subjetiva nesse instante do caso P.

Em seguida, trabalhamos a lógica do ato para a psicanálise entendendo ser uma questão transestrutural, ou seja, para além das estruturas clínicas formuladas. Desse modo, veremos como Lacan (1967-68) subverteu o cogito cartesiano e o articulou topologicamente para estudar as implicações do ato. Isso se encadeia com o que vem posteriormente: o tempo lógico no ato. A determinação do inconsciente como atemporal, nos provoca a uma

investigação a respeito dos três tempos lógicos estabelecidos por Lacan (1945). Veremos como se configura o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir nas modalidades de ato estudadas. Por fim, nossa pesquisa se encerrará ao convocar dois momentos da análise de P. em que vimos irromper um *acting-out* e uma passagem ao ato. Nessa parte, podemos verificar como ato e violência se articulam no caso P., bem como a função e os efeitos que a análise pôde produzir.

Pois bem, contornado pelas rédeas do simbólico e à luz da linguagem, convidamos o leitor a nos acompanhar nesse percurso nebuloso que é o estudo do que está além das palavras. Em meio a rochedos não ultrapassáveis, ousamos assim, permear nossos estudos entre vãos e fissuras, advertidos que só se transmite aquilo que falta. Sem a pretensão de alcançar o ponto de chegada e por meio de caminhos moebianos, propomos dar algumas voltas em torno da investigação de nossa pesquisa.

1 A POSIÇÃO DO SUJEITO NA AGRESSIVIDADE

Nesse primeiro capítulo, escolhemos um percurso teórico que possibilite a conversação entre a obra freudiana e o ensino de Lacan, visto que o tema estudado encontra-se presente ao longo de toda a construção da obra psicanalítica. Acrescido a isso, pretendemos inserir nessa escrita recortes pontuais do caso clínico em questão, uma vez que esta pesquisa decorre de sua análise.

1.1 – A construção do eu em Freud e Lacan

Em 1914a, Freud se detém ao tema do narcisismo indo além das questões do desenvolvimento sexual para alcançar a relevante problemática das relações entre o eu e os objetos externos. Mesmo que ainda estivesse discutindo a possibilidade ou não de tratamento analítico nas diferentes estruturas, Freud encontra pontos em comum na relação do neurótico e do psicótico com a realidade, atribuindo à fantasia o papel fundamental de realidade psíquica para o sujeito neurótico.

Se, por um lado o psicótico tem a libido afastada do mundo externo e concentrada no eu, o neurótico mantém sua relação com as pessoas e coisas por meio da fantasia. Nesse momento, Freud ainda sustentava a distinção entre a pulsão sexual e a pulsão do eu e retratava essa diferença por meio do investimento objetal, desconsiderando o eu também como um objeto; construção que ele veio a fazer posteriormente em sua obra.

Recorrendo à análise do que chamava de parafrenias, Freud tenta investigar o tema do narcisismo e mais especificamente do eu, para descobrir como essas questões funcionam em fenômenos dito normais. Apresenta-nos o ponto de semelhança e de diferença:

A diferença entre as afecções parafrênicas e as neuroses de transferência parecem-me estar na circunstância de que, nas primeiras, a libido liberada pela frustração não permanece ligada a objetos na fantasia, mas se retira para o eu. A megalomania corresponderia, por conseguinte, ao domínio psíquico dessa última quantidade de libido, e seria assim a contrapartida da introversão para as fantasias que são encontradas nas neuroses de transferência; uma falha dessa função psíquica dá margem à hipocondria da parafrenia, e isso é homólogo à ansiedade das neuroses de transferência. Sabemos que essa ansiedade pode ser transformada por uma elaboração psíquica ulterior, isto é, por conversão, formação de reação ou construção de proteções (fobias). O processo correspondente nos parafrênicos consiste numa tentativa de restauração, a qual se devem as surpreendentes manifestações da doença (FREUD, 1914a, p. 93).

Adiante, Freud segue os estudos sobre o narcisismo, agora o tratando sob a ótica do recalque. Diz-nos que apesar de não notarmos mais as características infantis do narcisismo em alguns adultos, não podemos afirmar que toda a libido do eu foi redirecionada em catexias objetais. Sabemos que o mecanismo do recalque por efeito do eu, atua sobre boa parte da pulsão e dos desejos inconscientes quando entram em conflito com suas ideias e padrões. Assim, “as mesmas impressões, experiências, impulsos e desejos aos quais um homem se entrega, ou que pelo menos elabora conscientemente, serão rejeitados com a maior indignação por outro, ou mesmo abafados antes que entrem na consciência” (FREUD, 1914a, p. 100).

Diante disso chega-se ao ideal do eu. Sem a intenção de nos aprofundar em demasia nesse conceito, mas achando necessário percorrer o caminho de Freud para tentar compreender melhor sua teoria, tomamos o eu ideal como condição do recalque. Isso porque o narcisismo se desloca no sentido desse novo eu ideal, uma vez supostamente desfrutado na infância e sentido como satisfação.

Dessa maneira, se antes ele era portador de toda a perfeição e reconhecido como seu próprio eu ideal, agora esse novo ideal se projeta como o substituto de seu narcisismo infantil. Essa transformação se decanta com a formação do ideal do eu, que não pode ser confundida com a sublimação, já que ela é um processo especial que conta com sua realização de forma independente.

Com isso, Freud (1914a, p. 101) nos diz que “a formação de um ideal aumenta as exigências do eu, constituindo o fator mais poderoso a favor do

recalque [...]”. Diante disso, Freud questionou a existência de algum fator psíquico que pudesse concretizar a satisfação narcisista do ideal do eu e que com esse fim, fosse vinculado ao eu pela referência àquele ideal. Num momento posterior, ele deduziu o supereu. Enquanto isso ainda era uma suposição, Freud tratou de observar sua clínica e demonstrou que:

O reconhecimento desse agente nos permite compreender os chamados ‘delírios de sermos notados’ ou, mais corretamente, de sermos *vigiados*, que constituem sintomas tão marcantes nas doenças paranóides, podendo também ocorrer como uma forma isolada de doença, ou intercalados numa neurose de transferência. Pacientes desse tipo queixam-se de que todos os seus pensamentos são conhecidos e suas ações vigiadas e supervisionadas (FREUD, 1914a, p. 102).

Assim, Freud nos diz que isso realmente existe em cada um e na vida corrente. A revolta verificada no indivíduo decorre de que ao repensar a origem e a razão para que isso tenha lhe ocorrido, ele se depara com a influência e, podemos até dizer, com a submissão ao seu semelhante, ou já nas palavras de Lacan, ao outro.

Freud nos revela que os paranoicos evidenciam que a autocrítica da consciência vai ao encontro da auto-observação em que se baseia. Dessa forma, pode-se inferir que há certa relação com a formação de sistemas especulativos, característico de paranoicos, mas que como vimos anteriormente, pode ser considerado estrutural em todo sujeito.

Pois bem, continuemos a partir desse ponto com os estudos de Lacan em retomada à obra freudiana. No seminário em que escreve sobre o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, Lacan retorna a alguns dos principais textos freudianos e elucida conceitos que foram muitas vezes utilizados equivocadamente por psicanalistas pós-freudianos. Com isso, nos conduz na tentativa de recuperar a contribuição original de Freud na formalização da psicanálise.

Diz então que “o eu, em seu aspecto mais essencial, é uma função imaginária” (LACAN, 1954-55, p.53). Ao apresentar no homem características distintas, a função do eu é exposta na análise como uma descoberta que o difere em sua relação genérica, referente à vida da espécie. Pontua que essa

diferença se dá ao verificar que há de partida uma fissura, uma perturbação intrínseca da relação vital, característica essa com a qual nomeamos um homem de sujeito.

Assim, podemos afirmar que o sujeito não é uma unidade homogênea, e, portanto, o eu deve ser tomado como um objeto. Isso porque, estando sob a égide da consciência, como nos indica Lacan, o eu é aquilo que coloca em tensão as sensações experimentadas. Explica-nos:

Toda a dialética que lhes dei a título de exemplo com o nome de *estádio de espelho* está fundamentada sobre a relação entre, de um lado, um certo nível das tendências vivenciadas – digamos, por enquanto, num certo momento da vida – como que desconectadas, discordantes, despedaçadas – e sempre fica coisa –, e por outro lado, uma unidade com a qual ele se confunde e se emparelha. (LACAN, 1954-55, p. 69)

Sabemos que essa é a primeira vez em que o sujeito se reconhece como uma unidade, porém é uma unidade alienada e virtual já que tem, como condição *sine qua non*, a presença do outro para atestá-lo como tal. É por meio dessa dialética que adentramos na problemática da relação do sujeito com o outro e da função imaginária do eu como objeto.

Lacan descreve o ciúme como a incompatibilidade de duas consciências. Para melhor dizê-lo, explica a rivalidade constitutiva da condição humana da seguinte maneira:

[...] um eu, inteiramente pendente da unidade de um outro eu, é estritamente incompatível com ele no plano do desejo. Um objeto temido, desejado, é ou ele ou eu quem o terá, tem de ser de um ou de outro. E quando é o outro quem o tem é porque ele me pertence. (LACAN, 1954-55, p. 71)

Ora, se há um ponto de convergência do desejo, isso se deve ao fato de que, nesse nível, há apenas um só e mesmo ser. Assim, chega-se a necessidade de um terceiro, na medida em que se refere a um reconhecimento. Esse terceiro, ou seja, o Outro pode evitar que haja uma destruição entre eles no ponto em que convergem: trata-se do que se encontra no inconsciente.

Sendo assim, o sistema simbólico é aquele que intervém afim de que uma troca possa estabelecer-se a partir do reconhecimento. Rinaldi (1996) nos esclarece essa ideia:

A assunção da imagem situa-se para Lacan, assim, como matriz simbólica em que o eu se precipita de forma primordial. “O estádio do espelho” é sua primeira contribuição significativa à teoria do narcisismo, onde o eu se apresenta como o reduto do narcisismo, marcado por essa captação imaginária, em que a relação consigo mesmo se apresenta irremediavelmente como a relação com um outro (RINALDI, 1996, p. 84).

Com isso, atesta-se mais uma vez que o eu é função imaginária, ainda que já seja a matriz simbólica e, portanto determine num certo nível a estruturação do sujeito. Lacan (1954-55, p.72) diz que “ele é tão ambíguo quanto pode ser o próprio objeto, do qual ele é, de certa maneira, não apenas uma etapa, mas o correlato idêntico”.

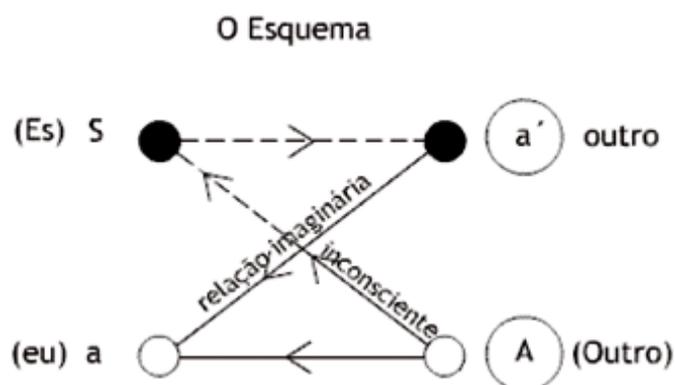
Assim, podemos considerar o sujeito como operante a partir do momento do surgimento do simbólico e assim, o eu pode servir tanto como função quanto como símbolo, ainda que não se possa unificá-lo nessas posições a fim de determiná-lo e confundi-lo como sujeito.

Diante disso, podemos dizer que a relação inter-humana comporta duas dimensões distintas: a do imaginário e a do simbólico. Ainda que elas, de certa maneira, se entrecruzem, não podemos cometer o engano de acreditar que em alguma etapa elas resultam numa só, pois há um lugar para oposição e um para mediação.

Apreendemos até aqui que o eu, a partir da relação imaginária, não é a totalidade do sujeito e se fundamenta essencialmente em sua relação com o outro, tomando seu ponto de partida e suporte no outro. Considerando que é a partir desse eu que todos os objetos são tomados, podemos dizer, que o eu é um objeto privilegiado no universo dos objetos.

Seguindo adiante na elaboração lacaniana, verificamos a questão da alteridade, questão essa que se coloca de maneira eminentemente diferente da imagem de identidade e de reflexividade do eu e o outro. Essa alteridade fundamental comporta a função do Outro e está estritamente ligada a não satisfação do sujeito e a suposta satisfação do outro ou vice-versa.

Para ilustrar esse ponto, Lacan (1954-55) nos apresenta o esquema L:



Nesse momento de seu ensino, esse esquema representa o inconsciente do sujeito lacaniano em sua estruturação a partir do discurso do Outro. O S é o sujeito analítico, ou seja, o sujeito em sua incompletude, em sua abertura. Se por um lado ele não sabe o que diz, por outro ele se reconhece na unidade de *a*, crendo ser esse seu eu. Assim, é no *a'* que ele vê seu semelhante; estando em estreita relação com seu eu, legitima esse semelhante sob a ótica do outro especular.

Além do plano especular e da simetria apresentada, há ainda o que Lacan (1954-55, p. 307) chamou de “muro da linguagem”. É partir da ordem desse muro que o imaginário verifica sua realidade, ainda que de maneira ilusória e até mesmo falsa. Com isso, a relação do sujeito com o outro é um sistema organizado a partir do muro da linguagem.

Quando o sujeito fala com seus semelhantes, fala na linguagem comum, que considera os *eus* imaginários como coisas não unicamente *ex-sistentes*, porém reais. Por não poder saber o que se acha no campo em que o diálogo concreto se dá, ele lida com um certo número de personagens, *a'*, *a*”. Na medida em que o sujeito os põe em relação com sua própria imagem, aqueles com quem fala são também aqueles com quem se identifica (LACAN, 1954-55, p. 308).

Dessa maneira, Lacan demonstra que a linguagem tem como objetivo atingir o outro. Por essa razão pode-se também pensá-lo como um objeto e isso circunscreve a ambiguidade da relação do sujeito com o outro a partir do uso que se faz da linguagem.

Nesse ponto, vale comentar um momento do caso clínico, em que P. passa a ser criada pelos tios e estranha ser irmã de todos, enquanto os irmãos eram primos dos outros filhos dos tios. Escuta, ainda criança, os vizinhos a chamarem de “a filha da falecida” e diz ter entendido que “falecida” era o nome de sua mãe. Podemos verificar aí, a realidade imaginária do eu atestada pelo outro e reconhecida a partir da linguagem compartilhada do Outro. Veremos mais adiante como P. irá prosseguir nessa questão.

Vimos, portanto, com o esquema L, a hiância real subjacente no sujeito, patente da disjunção do simbólico com o imaginário. Ora, se a estruturação do sujeito se apresenta dessa maneira, é possível supor a existência de efeitos devastadores decorrentes das relações humanas. Se a relação especular comporta algo de alienante, a tentativa de dominar as relações pode provocar desarranjos através da paixão ou da agressividade. Veremos mais a frente o papel fundamental do terceiro representado pela mensagem simbólica a fim de evitar relevantes consequências desse destempero.

1.2 – A pulsão de morte e a agressividade em Freud

Referimos-nos ao Esquema L para poder nos remeter ao texto freudiano *Além do princípio do prazer*, pois diversas vezes Lacan (1954-55) acentuou que essa topologia foi produzida a partir do momento tão fundamental em que Freud escreveu essa obra. Para Lacan, tal escrito freudiano, apesar de ser um dos textos mais árdios, teve um papel primordial nos rumos em que a psicanálise prosseguiu e avançou. Vejamos como ele descreve tamanha relevância:

Eis aí a importância da noção do instinto de morte que Freud introduziu. Não que o instinto de morte seja uma noção em si mesma tão luminosa. O que é preciso apreender é que ele foi forçado a introduzi-la para trazer-nos de volta a um dado agudo de sua experiência, num momento em que se começava a perdê-lo (LACAN, 1954-55, p. 54).

Freud (1920) escreveu *Além do princípio do prazer* a partir de seu encontro com a clínica do que nomearia de compulsão à repetição. Veremos a seguir como esse encontro subverteu o princípio da homeostase, ou ainda, o princípio do prazer, colocando em objeção toda a teoria dos investimentos libidinais.

Freud (1914b) falou pela primeira vez sobre a ideia de compulsão à repetição em seu texto *Recordar, repetir e elaborar*. Contudo, como ainda não havia formulado a questão da pulsão de morte, apenas conta que observou em sua clínica a marcante presença desta compulsão à repetição da qual o paciente não podia fugir. A ela, atribuiu o fato de ser a maneira com a qual o paciente se recorda quando há resistência no tratamento analítico, repetindo tudo que pode ser considerado como o retorno do recaiado.

Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência. Podemos agora perguntar o que é que ele de fato repete ou atua (*acts out*). A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do recaiado para a sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter (FREUD, 1914b, p. 167).

No artigo *O estranho*, Freud (1919a) volta a trabalhar a questão da compulsão à repetição apontando que o estranho só é tomado pelo sujeito como amedrontador por ser, na verdade, algo já conhecido e inclusive familiar. É por meio da característica da repetição que Freud consegue apontar tal estranheza.

[...] é fácil verificar que também é apenas esse fator de repetição involuntária que cerca o que, de outra forma, seria bastante inocente, de uma atmosfera estranha, e que nos impõe a ideia de algo fatídico e inescapável, quando, em caso contrário, teríamos apenas falado de 'sorte' (FREUD, 1919a, p. 255).

Com isso, seria impossível afirmar que o totalmente novo, o que nunca aconteceu ao sujeito, possa ser tido como temível e conseqüentemente estranho. Freud nos mostra esse caminho no qual o estranho só pode ser

concebido como algo que retorna mediante a repetição, já delineando a implicação da pulsão:

Pois é possível reconhecer, na mente inconsciente, a predominância de uma 'compulsão à repetição', procedente dos impulsos pulsionais e provavelmente inerente à própria natureza das pulsões – uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio do prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco, e ainda muito claramente expressa nos impulsos das crianças pequenas; uma compulsão que é responsável, também, por uma parte do rumo tomado pelas análises de pacientes neuróticos. Todas essas considerações preparam-nos para a descoberta de que o que quer que nos lembre esta íntima 'compulsão à repetição' é percebido como estranho (FREUD, 1919a, p. 256).

Vimos, portanto, que nessa época, Freud admitia a repetição como fator indubitavelmente presente na análise de seus pacientes, mas ainda restava a questão sobre o que movia essa repetição. Finalmente em 1920, com a construção de *Além do princípio do prazer*, Freud pôde desenvolver melhor suas dúvidas e construir possíveis respostas.

Como vimos anteriormente, ao longo de sua formulação sobre o narcisismo, Freud abandona o dualismo pulsional, pulsões sexuais x pulsões do eu (ou de autoconservação) ao verificar que o investimento libidinal não era exclusividade das pulsões sexuais, mas que o eu também poderia ser investido libidinalmente, uma vez que também pode ser considerado um objeto. Portanto, tal dualismo fora fortemente colocado em cheque. Entretanto, apesar de ter abandonado essa noção dualista, Freud se depara em seguida com outra ideia de mesmo tom: unifica as pulsões do eu e as pulsões sexuais, tornando-as pulsão de vida em oposição à pulsão de morte. Ora, se o que caracteriza a pulsão de vida é a libido, como seria então a pulsão de morte?

Por meio da pulsão de morte, Freud aponta duas características essenciais de toda e qualquer pulsão: seu traço conservador e sua perspectiva repetitiva. Sobre o traço restitutivo, constata:

Parece, então que uma pulsão é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi

obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica (FREUD, 1920, p. 47).

Assim, Freud (1920) diz que tal natureza conservadora aponta para a tendência de retorno ao estado inorgânico. Contudo, é preciso entender tal dito não como propriamente biológico, no caso, a morte do ser-vivo; Lacan inclusive critica os pós-freudianos que acreditam ter resolvido a problemática trazida no *Além do princípio do prazer* por meio da crença de que retornar ao mais baixo nível de excitação seria apenas a morte do ser vivo.

É preciso levar em consideração que, para Freud, foi preciso buscar no campo da biologia algo que abarcasse o conceito fundamental da própria pulsão. Portanto, a relação entre o biológico e o psíquico está presente em sua teoria uma vez que a definição da pulsão é um conceito essencialmente limite entre o anímico e o somático.

Lacan se detém mais exatamente nessa questão e esclarece:

Há algo que é distinto do princípio do prazer e que tende a levar o animado inteiro de volta ao inanimado – é assim que Freud se expressa. O que será que ele quer dizer com isto? O que será que o força a pensar nisso? Não é a morte dos seres vivos. É a vivência humana, o intercâmbio humano, a intersubjetividade. Há algo no que ele observa do homem que o coage a sair dos limites da vida. Há sem dúvida um princípio que leva a libido de volta à morte, porém não de uma maneira qualquer. [...] É por detrás desta necessidade do ser vivo de passar pelos caminhos da vida – e isso só pode passar-se por aí – que o princípio que o leva de volta à morte se situa, é deslindado. Ele não pode ir para a morte por qualquer caminho (LACAN, 1954-55, p. 107).

Ora, se Freud nos diz de um retorno ao inanimado, ele se refere ao nível dos sistemas materiais vivos, em que ocorre uma *tendência* geral e dominante de todos os sistemas à volta de um equilíbrio. Tal tendência que se expressa no princípio do prazer, está à serviço da pulsão de morte. Contudo, é preciso se atentar ao fato de que a pulsão de morte é completamente autônoma, a tendência acima citada é apenas um espaço para a sua *representação* e não ela própria.

Até essa época Freud ainda deixava indefinida a persistente questão da autonomia da pulsão de morte. É somente dez anos depois, em 1929-30 com o texto *O mal-estar na civilização*, que Freud expõe a afirmação de que a pulsão de morte pode finalmente ser entendida como pulsão de destruição. Garcia-Roza (1990) comenta:

A autonomia da pulsão de morte entendida como pulsão de destruição (ou *potência de destruição*) é perfeitamente consistente com a ideia de que a pulsão, por se situar além da representação, além da ordem, além do princípio de prazer, é pura dispersão, pura potência dispersa (GARCIA-ROZA, 1990, p. 143).

Se nos detivermos no referido texto freudiano, notaremos que a forte marca dos ideais religiosos na construção de uma civilização faz com que Freud conteste a possibilidade de seguir tais preceitos, principalmente o que prega a amar o próximo como a ti mesmo. Ele questiona como isso poderia ocorrer já que o amor é algo de valor para o homem e cumprir essa máxima exigiria estar disposto a efetuar sacrifícios. Sabemos, todavia, que o amor não é algo que se dedique a qualquer um. A partir desse ponto, Freud nos lembra do que está em questão quando se trata dessa imposição:

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade (FREUD, 1929-30, p. 116).

O que resulta disso é que o outro é visto não só como alguém que pode lhe favorecer e servir, mas também alguém que pode usá-lo para satisfazer sua agressividade, explorar seu trabalho, aproveitar-se sexualmente e em última instância torturá-lo e até matá-lo.

Mais uma vez, o caso nos aponta algo dessa ordem. P. diz que era exigida pela tia a fazer trabalhos domésticos e reconhece o ponto em que o outro, ainda que amado, a explora sexualmente, tendo inclusive em sua história a marca da agressividade do marido de sua mãe, que depois de muitas surras, matou-a violentamente.

Dessa forma, consentir com a existência de tal força agressiva nos permite dizer de uma perturbação estrutural presente nos relacionamentos do sujeito com o Outro. É certo que, para viver em sociedade ou numa civilização é preciso que se abandone, pelo menos em certa medida, a satisfação dessa inclinação para a agressão, mas os dispêndios para que essa medida seja realizada não é feita sem esforços e obtém pouco êxito. Freud nos explica:

Espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se o direito de usar a violência contra criminosos, no entanto, a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana (FREUD, 1929-30, p. 117).

Com o reconhecimento da pulsão agressiva como derivada e a principal representante da pulsão de morte, Freud pontua uma alteração na teoria das pulsões, dizendo que se a pulsão de vida, o Eros, produz manifestações explícitas e estrondosas, a pulsão de morte pode operar silenciosamente dentro do organismo, mas também pode surgir ruidosa o suficiente para se satisfazer através da agressividade. Assim, Freud admite que essas duas pulsões não estão dissociadas uma da outra, pelo contrário, caminham sempre juntas em frações diversas e variadas, fato este que sustenta a impossibilidade de uma total heterogeneidade entre elas.

Com isso, cabe questionarmos se, na economia psíquica do sujeito, haveria diferença das manifestações da agressividade, uma vez que Freud as colocou, como supracitado, podendo ser refinadas e cautelosas. Fiquemos em suspenso com essa dúvida para que possamos prosseguir na pesquisa e, se possível, clarear tal questão.

Seguindo, verificamos que Freud (1929-30, p. 125) finalmente adota “o ponto de vista de que a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição pulsional original e auto-subsistente [...]”. Ou seja, a agressividade é considerada como originária no sujeito.

Ao receber uma carta de Einstein, que o questionava sobre os motivos e os rumos da guerra, Freud articulou, uma vez mais, pulsão de morte e agressividade. Nessa correspondência, intitulada de *Por que a guerra?*, Freud

respondeu a Einstein, reafirmando sua posição frente à concepção da pulsão de morte como inerente ao homem:

Uma parte da pulsão de morte, contudo, continua atuante dentro do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição (FREUD, 1932-33, p. 204).

Acrescentou, ainda, que seria vã a tentativa, a partir da psicanálise, de eliminar totalmente as inclinações agressivas dos homens, sendo possível no máximo, redirecioná-los para que não as expressassem através da guerra. Desse modo, podemos reconhecer que a barra do recalque não atua completamente sobre as pulsões, e mais, a sublimação como um caminho privilegiado e alternativo para satisfazer a pulsão, também não corresponde ao ilimitado dessa potência.

Seguiremos adiante, com as pontuações lacanianas a respeito desses textos freudianos e os acréscimos de seu ensino.

1.3 – A agressividade em Lacan

Com as construções freudianas, vimos o conceito de pulsão avançar através da descoberta da pulsão de morte. Sabemos ainda, que enquanto pulsão, ela é regida pelo insistente circuito da impossibilidade de satisfação total. Quando falamos de pulsão de morte, isso se coloca de maneira ainda mais delicada. Freud (1929-30, p. 104) já nos avisava quando anunciou: “não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação uma pulsão. Não se faz isso impunemente”.

Nota-se, contudo, que Freud não delimitou claramente o conceito de agressividade. Lacan, por sua vez, tratou do tema da agressividade partindo do início de suas elaborações e do fato de que tomou a pulsão de morte como uma aporia da teoria freudiana. Em seu texto *Agressividade em psicanálise* (1948, p. 104), ele tenta delinear a noção da agressividade como um conceito psicanalítico, avaliando “o papel que convém atribuir-lhe na economia

psíquica”. Aborda a questão a partir de cinco teses, as quais tentaremos acompanhar em seguida. Vale sublinhar que esse texto é correspondente ao início do ensino lacaniano, e por isso algumas referências, especialmente as linguísticas, não se sustentaram ao longo do percurso teórico do autor.

A primeira tese afirma que a agressividade se apresenta subjetivamente numa experiência. Dado que a psicanálise atua a partir da comunicação verbal, Lacan (1948) nos lembra de que a apropriação do sentido se dá dialeticamente através de um sujeito que se apresenta como tal para outro. Ainda que a experiência analítica comporte a impessoalidade do analista, a própria estrutura do sujeito admite uma bipolaridade constituinte de sua subjetividade.

Em sua segunda tese, Lacan defende o fato de que a agressividade aparece na experiência como intenção de agressão e como imagem de desmembramento corporal. Tomando o termo intenção no sentido simbólico, tal qual, a partir do retorno do recaiado surge o sintoma na neurose; o sujeito não consegue se dirigir ao Outro a partir da dialética do sentido, situando a intenção agressiva como um querer dizer do sujeito e sendo, portanto, decifrável como o sintoma.

Ao apontar a possibilidade de medir essa intenção a partir da “modulação reivindicatória que às vezes sustenta todo discurso”, Lacan realça a dificuldade de se falar de uma “violência propriamente dita” (LACAN, 1948, p. 106-107). É importante que essa citação de Lacan seja ressaltada para nos assentar quanto à complexidade de nossa questão.

Assim, a intenção agressiva, segundo Lacan, também é um dado de estrutura e pode ser vista frequentemente com eficácia quando um indivíduo a utiliza como um meio de formação de pessoas de sua dependência, como no exemplo citado por ele em que uma mãe bastante viril entra em cena com sua agressividade a fim de repreender um filho com tendências homossexuais.

Quanto à imagem de desmembramento, Lacan nos explica que entre as representações inconscientes, ou dito de outra maneira, entre as *imagos*,

[...] há os que representam os vetores eletivos das intenções agressivas, que elas dotam de uma eficácia que podemos chamar de mágica. São as imagens de castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, eventração, devoração, explosão do corpo, em suma, as *imagos* que agrupei pessoalmente sob a

rubrica, que de fato parece estrutural, de *imagos do corpo despedaçado* (LACAN, 1948, p. 107).

Através da observação em crianças, Lacan aponta que é possível notar a presença constante de brincadeiras e fábulas imaginadas por elas, contendo essas práticas agressivas de desmembramento corporal. Os sonhos durante a análise também frequentemente apresentam tal traço.

Contudo, Lacan nos lembra de que ainda se trata de traços simbólicos, nos quais é possível notar a presença de fantasias inconscientes que auxiliam na formação das imagos e formam o processo de identificação. Diz-nos:

Todos esses são dados primordiais de uma *Gestalt* própria da agressão no homem e ligada ao caráter simbólico, não menos do que ao cruel refinamento das armas que ele fabrica, pelo menos no estágio artesanal de sua indústria. Essa função imaginária se esclarecerá em nossas colocações (LACAN, 1948, p. 108).

No que tange nosso caso clínico, P. também experimenta essa agressividade em relação à sua imagem e seu próprio corpo, já que, a partir de uma contingência, tem seu corpo marcado por uma doença venérea e passa então a se ver como “suja”, fato este que, como veremos mais adiante, traz consequências importantes para seu funcionamento.

A terceira tese de Lacan sobre a agressividade relaciona os impulsos de agressividade com a técnica da análise. Garante que apesar da via racional do diálogo parecer supostamente uma renúncia à agressividade, é possível frequentemente verificar o fiasco dessa dialética. Na análise isso também se comprova, caso o lugar do analista não esteja bem esclarecido, já que a regra primordial da análise conduz, desde o início, o sujeito a uma “intencionalidade cega”, como nos aponta Lacan (1948, p. 109).

Ainda que o analista escape do apelo feito pelo sujeito em sofrimento e atue com sua abstenção, a análise abarca a agressividade do sujeito, podendo ser especialmente verificada na transferência negativa enquanto elo inaugural na trama analítica. Dessa forma, mesmo que não seja possível eliminar a intenção de agressão, Lacan aponta que a via imaginária não é a que uma análise se propõe:

O que procuramos evitar, através de nossa técnica, é que a intenção agressiva no paciente encontre apoio de uma ideia atual de nossa pessoa, suficientemente elaborada para que possa organizar-se nas reações de oposição, denegação, ostentação e mentira que nossa experiência nos demonstra serem os modos característicos da instância do *eu* no diálogo (LACAN, 1948, p. 111).

É dessa função imaginária do eu que Lacan falava anteriormente. Quanto ao analista, ele nos alerta a não ocupar esse espaço na práxis da psicanálise, pois sabemos que é no espaço imaginário que um sujeito alimenta seus sintomas como parasitas simbióticos. Lacan delinea ainda, uma segunda dimensão, a temporal, na qual se localiza a angústia e sua incidência, mas a esse conceito daremos um tratamento pormenorizado mais adiante.

Passemos, então, para a quarta tese de Lacan que trata da agressividade enquanto tendência correlacionada à identificação narcísica determinante da estrutura do eu e do registro de entidades de seu mundo. Nessa tese Lacan nos alerta que dará um salto da fenomenologia para a metapsicologia. Assim, Lacan afirma que há uma tendência à agressividade que é propriamente libidinal e aponta ser possível considerar uma gama de reações agressivas como variáveis da libido. Acrescenta ainda que essa tendência agressiva é característica da estrutura psicótica, mais especificamente, a paranoica.

Lacan se utiliza de algumas observações de pacientes paranoicos para indicar certa correspondência a momentos do desenvolvimento mental do sujeito. É a partir do encontro da criança com sua imagem no espelho que se inicia a dialética das identificações. É com a identificação narcísica que é possível situar a agressividade produzida a partir desse estágio. Nessa perspectiva, o sujeito entra numa relação de alienação com o outro; dividido por seu semelhante, está misturado numa posição de agredido e agressor, tanto para si mesmo quanto para o outro. Lacan decanta:

[...] A criança que bate diz que bateram nela, a que vê cair, chora. Do mesmo modo, é numa identificação com o outro que ela vive toda a gama das reações de imponência e ostentação, cuja ambivalência estrutural suas condutas revelam com evidência [...] (LACAN, 1948, p. 116).

Nessa relação especular, vinculada à estrutura do eu, a agressividade aparece para o sujeito como rivalidade consigo mesmo, provocando uma tensão interna, que determina o despertar do desejo pelo objeto de desejo do outro e é dessa concorrência agressiva que “nasce a tríade do outro, do eu e do objeto” (LACAN, 1948, p. 116).

A tendência à agressão, diferente da intenção agressiva, é algo que se apresenta de maneira já objetivada:

A tendência à agressão [...] se apresenta de maneira bruta, sem nenhuma dialética de sentido, é algo sobre o que a interpretação fica sem efeito. O sujeito está prisioneiro de uma experiência de vida onde ele não é mais um efeito de sentido, mas algo fixado no eu. (LACADÉE, 2015, p. 24)

Assim, mesmo que a libido sexual seja exercida como um processo de ultrapassagem do indivíduo para conviver com o outro e entrar na civilização, a agressividade se instaura de modo irreduzível e com um caráter paranoico na estrutura do sujeito, tal como vemos com Lacan em seu texto sobre o estágio do espelho:

[...] a doutrina esclarece também a oposição dinâmica que eles procuram definir entre essa libido e a libido sexual, quando invocaram instintos de destruição, ou até mesmo de morte, para explicar a evidente relação da libido narcísica com a função alienante do [eu], com a agressividade que dela se destaca em qualquer relação com o outro, nem que seja a da mais samaritana ajuda (LACAN, 1949, p. 102).

Invocamos, novamente, o caso clínico para pensar, a partir da economia psíquica, que ao dizer que “batia na filha para educá-la”, P. satisfazia parcialmente sua pulsão com a intenção de agressão e a partir da tendência agressiva, pois tal como vimos, reivindica sua intenção como formação e expressa sua libido a partir de sua própria tensão interna.

Finalmente chegamos a quinta e última tese presente no escrito lacaniano que trata da noção da agressividade presente intencionalmente no eu do homem trazendo consequências para a neurose moderna e o mal-estar

na civilização. Despretensiosamente, Lacan (1948) diz apenas querer clarear a perspectiva de ordem social a partir do que colheu em sua experiência.

Dessa forma, uma vez que a primazia da agressividade em nossa cultura é confundida com a virtude da força, salienta que por ser proveniente do desenvolvimento do eu, a agressividade por vezes admite comumente um uso social, sendo até mesmo indispensável em certas culturas.

Por meio de uma referência a Platão, Lacan (1948) nos diz da equivalência das paixões da alma e da *polis*, e indica que o espaço do homem se localiza através da possibilidade subjetiva da projeção especular do campo do sujeito no campo do outro, determinando assim, sua estrutura geométrica marcada por dimensões caleidoscópicas.

A partir disso, sublinha ser na dimensão espacial e temporal que o homem assente com o que chamou de seu despedaçamento original,

[...] mediante o que podemos dizer que a cada instante, ele constitui seu mundo através de seu suicídio, e cuja experiência psicológica Freud teve a audácia de formular, por mais paradoxal que seja sua expressão em termos biológicos, isto é, como instinto de morte (LACAN, 1948, p. 126).

Chegamos à conclusão do escrito mais detalhado de Lacan a respeito do tema da agressividade. Alguns anos mais tarde, quando privilegia a ordem simbólica em seu ensino, Lacan aponta a agressividade no caminho da palavra, ou seja, no que é possível de ser simbolizado. No escrito *Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a 'Verneinung' de Freud*, Lacan (1954) trabalha a questão da resistência em análise e volta a marcar a possibilidade do sujeito descarregar a agressividade através da fala endereçada ao analista.

Assim, ao criticar a análise da resistência proposta por alguns psicanalistas que, desviando-se da via simbólica, acabavam privilegiando a via imaginária, Lacan levanta uma importante pergunta: “Acaso não sabemos que nos confins onde a fala se demite começa o âmbito da violência, e que ela já reina ali, mesmo sem que a provoquemos?” (LACAN, 1954, p. 376).

Ao citar essa passagem, podemos pensar que apesar dos princípios da agressividade no sujeito terem sido conceituados por Lacan, os limites dela são desconhecidos. Desse modo, não estaríamos sendo levianos se disséssemos

que a agressividade situada no plano imaginário e simbólico tal como a reconhecemos, não é a totalidade da manifestação pungida pela pulsão de morte. A agressividade e a destrutividade seriam as faces visíveis da pulsão de morte, mas em última instância, é do gozo que se trata.

A partir disso podemos inferir que desde Freud até Lacan, a agressividade é admitida como constituinte do sujeito, porém sua finalidade pode ser redirecionada, sublimada e recalcada com o recurso à mediação simbólica. Entretanto, sabemos da impossibilidade de barrar totalmente essa força intimamente vinculada à pulsão de morte; assim, a atuação dessa agressividade, aponta para a via do gozo ao engendrar o transbordamento da mesma que pode retornar por meio de atos agressivos.

Tentemos esclarecer que gozo está em questão. No ano de 1959-60, Lacan propõe um seminário sobre a ética da psicanálise, dedicando um segmento deste aos paradoxos do gozo. A partir desse momento de seu ensino, podemos perceber que a noção de agressividade não se vincula mais exclusivamente ao registro do imaginário. Vinculando o acesso ao gozo a partir da instauração da Lei, Lacan aponta que é na transgressão a uma interdição que se goza; assim, a lei criada também abre vias ao gozo permitido, ou em outras palavras, ao gozo fálico.

Ao retomar o texto freudiano *O mal-estar na civilização*, Lacan (1959-60) nos diz ainda que quanto mais o sujeito sucumbe às leis morais, mais ele garante o imperativo superegoico, uma vez que o gozo barrado apenas reforça a interdição e nesse sentido voltamos à possibilidade de gozo apesar de ou por causa da interdição.

Assim, sabemos que para Lacan a pulsão de morte se apresenta essencialmente direcionada ao próprio sujeito a partir da noção de destrutividade em associação ao gozo. O texto freudiano sobre o mais além do princípio do prazer se resume em manter o sujeito afastado do gozo, uma vez que comporta um *além* a fim de manter o sujeito *aquém* na medida em que o princípio do prazer é o do desprazer enquanto menos penar.

Rinaldi (1996) esclarece que é com a castração que o sujeito se depara ao se defrontar com o gozo, já que só é possível alcançar o gozo de forma

parcial frente ao gozo que se esperava pleno, o que indica o caminho da repetição tal qual a insistência significativa.

Adiante, Lacan resgata o mandamento trabalhado por Freud referente ao amor ao próximo no texto supracitado. Rinaldi (1996) nos diz que Lacan modifica as formulações freudianas pensadas a partir desse mandamento ao dizer que:

[...] a resistência diante desse mandamento é a mesma resistência que se exerce para entrar o gozo. [...] O argumento que Lacan desenvolve gira em torno da noção de agressividade como algo articulado ao gozo enquanto nó que liga a libido à pulsão de morte (RINALDI, 1996, p.89).

Ao tratar do próximo enquanto o semelhante que pode ser malvado e sublinhando as indicações freudianas da preciosidade do amor, Lacan dá um passo a mais e nos assinala que o que sustenta esse discurso não é exatamente o amor, mas sim a perda do acesso ao gozo. Lacan propõe fazer a articulação do que Freud tentou nos fazer perceber:

Podemo-nos fundamentar nisto, que cada vez que Freud se detém, como que horrorizado, diante da consequência do mandamento do amor ao próximo, o que surge é a presença dessa maldade profunda que habita no próximo. Mas, daí, ela habita também em mim. E o que me é mais próximo do que esse âmago em mim mesmo que é o de meu gozo, do que não me ouse aproximar? Pois assim que me aproximo – é esse o sentido do *Mal-estar na civilização* – surge essa insondável agressividade diante da qual eu recuo, que retorno contra mim, e que vem, no lugar mesmo da Lei esvanecida, dar seu peso ao que me impede de transpor uma certa fronteira no limite da Coisa (LACAN, 1959-60, p. 223).

Dessa maneira, se o próximo contém a estranheza, o semelhante contém a identificação imaginária e assim, o mandamento de amar ao próximo camufla o narcisismo em que se apoia o altruísmo. A imagem de benfeitor conserva a distância do mal que o sujeito deseja e que deseja o seu próximo e assim, o bem do outro vale somente se não sobrepujar a imagem de seu próprio bem. “É, portanto, ao ultrapassar o plano do narcisismo especular, onde vigora o prazer associado a um bem, que o homem se coloca diante dele mesmo, desse vazio que o constitui como sujeito desejante” (RINALDI, 1996, p. 90).

Isto posto, pesquisaremos de que maneira é possível verificarmos a presença dessa agressividade que o sujeito efetua em ato. Para tal, faremos um entrelaçamento com o conceito de fantasia trabalhado por Lacan à luz da teoria freudiana, desenvolvendo hipóteses a partir de sua função articulada com a modalidade de ato nomeada de *acting-out*.

1.4 – A fantasia e sua função mediadora

Freud descobriu a fantasia ao verificar clinicamente uma estrutura que parecia articular os conceitos de inconsciente e pulsão, configurando-a como um conceito elementar no escopo da psicanálise. Desacreditando a teoria da sedução das histéricas, na qual estas se apresentavam sucumbidas pelo desejo do Outro, Freud se deparou com uma importante questão para a constituição do sujeito: a realidade não é factual, e sim, invariavelmente, psíquica. Se no discurso histérico aparecia uma cena sexual na qual o sujeito estava à mercê do Outro, Freud localizou ali o desejo sexual infantil muito além do fato propriamente dito.

Assim, deixando o engodo da cena da sedução, Freud verifica que a elaboração da fantasia diante do trauma marca a posição do sujeito que posteriormente responde fazendo um sintoma. Com isso, podemos dizer que a fantasia com seu caráter ficcional não é uma inverdade, mas sim um recurso que estrutura a verdade de um sujeito aparelhando seu gozo.

A marca da fantasia se apresenta reiteradamente engendrando uma gramática apreendida a partir do momento traumático do encontro com o desejo do Outro. Assim, tomando o inconsciente como o discurso do Outro, a fantasia é a lógica estrutural que atravessa e media todas as relações do sujeito. Ela é o suporte do que se expressa, na teoria freudiana, como o princípio da realidade.

Verificamos a realidade da fantasia no caso P. Uma das primeiras formulações trazidas pela paciente, marca uma de suas posições fantasmáticas. P. se via como uma mulher bastante atraente, ao mesmo tempo

em que localiza uma exigência da tia de que ela fizesse os serviços domésticos, sentindo-se, segundo ela, a própria “gata borralheira”. Essa marca não acontece sem consequências. Seguiremos expondo isso mais adiante.

A fim de pesquisar mais sobre o conceito da fantasia, retomaremos algumas elaborações freudianas e lacanianas, focando e encaminhando para o que estrutura nossa questão de pesquisa.

O texto freudiano de 1919b, *Uma criança é espancada* é seu estudo mais profundo sobre o tema da fantasia e ainda que a formulação da pulsão de morte ocorresse somente um ano depois, já podemos notar a aproximação das questões que rondavam Freud acerca da estranheza da satisfação pulsional. Se antes o princípio do prazer era o regente, Freud verifica a partir das fantasias de seus pacientes que existia algo mais além desse princípio.

No referido texto, Freud se debruça sobre seis casos nos quais alguns pacientes afirmavam ter visto cenas de espancamento ou por parte do professor em crianças com idade escolar ou por algum adulto a uma criança. Entretanto, Freud se depara com o fato de que essas fantasias já existiam antes, promovendo certa independência da fantasia em relação à realidade experimentada ou não pelo sujeito de fato.

Freud tenta responder as questões dos casos por meio de investigações, indagando os pacientes sobre quem seria a criança espancada e quem batia, mas nesse momento a opacidade da fantasia em termos teóricos e clínicos é admitida, restando lacunas em todos os casos. Mesmo com dificuldade na investigação, Freud notara que essa fantasia produzira uma satisfação autoerótica, gerando prazer para o sujeito em questão. Diz então que:

Uma fantasia dessa natureza, nascida, talvez, de causas acidentais na primeira infância, e retida com o propósito de satisfação autoerótica, só pode, à luz do nosso conhecimento atual, ser considerada como um traço primário de perversão (FREUD, 1919b, p.197).

É válido lembrar que o traço de perversão para Freud é característico da sexualidade infantil, porém na neurose, o recalque atua sobre essa perversão, restando apenas um de seus traços, no qual o sujeito se fixa para fabricar a

vida sexual. Portanto o traço perverso no neurótico, não se desenvolve, apenas aparece como resquício da operação do Complexo de Édipo. Freud ainda institui os destinos possíveis a essa perversão:

Sabemos que uma perversão infantil desse tipo não persiste necessariamente por toda a vida; mais tarde pode ser submetida ao recalque, substituída por uma formação reativa ou transformada por meio da sublimação (FREUD, 1919b, p. 197).

Contudo, o relato da cena fantasística não necessariamente se remetia a um conteúdo fantástico, e ainda que causasse efeitos de fixação impressionantes para o paciente, Freud (1919b, p. 198) nos conta que as impressões lembradas eram por vezes não excitantes e poderiam ser consideradas ordinárias para outras pessoas.

Conseguimos achar na literatura algo que alcança esse traço peculiar da fantasia:

A maior parte das pessoas tem a fantasia embotada. O que não as toca diretamente, o que não atinge duramente seus sentidos com sua ponta afiada quase não as excita. Mas se acontece diante de seus olhos, bem perto da sua emoção, ainda que seja algo insignificante, logo desencadeia nelas uma paixão desmedida (ZWEIG, 2007, p. 11).

Assim, a paixão eleita, ou o *pathos* fantasístico, se podemos assim dizê-lo, toca o sujeito e marca sua singularidade. Esse ponto de fixação, estruturado a partir da fundação da fantasia, localiza o sujeito e o outorga em sua posição.

Outro ponto importante destacado por Freud foi o paradoxo encontrado na fantasia tributária da lógica da pulsão: o que gera prazer, também é desagradável e repulsivo, apontando assim a coexistência do prazer e desprazer. Jorge (2010) deslinda de que maneira esse ponto se sustenta no aparato psíquico:

O lugar da fantasia no aparelho psíquico, traduzido pela onipresença da atividade do fantasiar, é formulado por Freud de forma inequívoca: produzir uma satisfação que, negada por um lado pela realidade, continua sendo requisitada pela pulsão (JORGE, 2010, p. 60).

Se pensarmos, com o caso P., que a figura da “gata borralheira” inclui a da princesa, a bela mulher elevada a uma condição privilegiada de nobreza, verificamos que há também aí o mal entendido do corpo: a gramática pulsional instala o princípio do prazer e o mais além dele. Em outras palavras, P. goza tanto na posição de gata, quanto na posição de borralho.

Esse paradoxo também nos remete à fundamental condição do sujeito dividido, uma vez que a cena da fantasia é difusa e aparece como estranha, mas essencialmente, como algo concernente a ele. Dessa forma, não há condições da fantasia ser expressa por meio de narrativa, é preciso que o sujeito a reconstrua na transferência da cena ao significante, transcurso esse que resta sempre incompleto por estrutura.

A partir dessa reconstrução, Freud (1919b, p. 201) considera três fases da fantasia de espancamento. A primeira fase é consciente e se passa num período rudimentar da infância, no qual o amor incestuoso se faz patente; a criança batida nunca é a que cria a fantasia e a pessoa que bate é primeiramente indeterminada e depois reconhecida como o pai. A frase traçada é “o meu pai está batendo na criança” e posteriormente admitida como “o meu pai está batendo na criança que eu odeio”.

A segunda fase, tida como a mais significativa, é inconsciente e jamais lembrada, apenas pode ser suposta ou construída em análise. A criança espancada é a mesma que monta a fantasia e o pai continua sendo a pessoa que bate. A frase expressa é “estou sendo batida pelo meu pai”.

A terceira e última fase se assimila com a primeira. A criança que fantasia é como alguém que assiste a cena na qual várias crianças são espancadas, mas não há nenhuma específica; assim como quem bate nunca é o pai ou é indeterminado, tal qual na primeira fase, podendo ser um substituto do pai, como um professor, por exemplo. A frase apresentada é a que se tornou um axioma na teoria analítica: “bate-se numa criança”.

Dando um pequeno salto e considerando a formulação da pulsão da morte na obra freudiana, tal como a estudamos anteriormente, verificamos com a descrição acima que a fantasia é fundamentalmente masoquista, já que amarra o sujeito a uma cena de sofrimento aprazível em que padece frente ao desejo do Outro.

Além disso, a formulação do último tempo da fantasia na qual o sujeito se vê como um espectador de sua própria montagem permite a ele reconhecer que não há dentro e fora da cena, ou seja, aquele que está batendo e/ou apanhando, também está assistindo.

Partindo das elaborações freudianas e avançando em seu ensinamento, Lacan formulou relevantes pontuações acerca da fantasia, dedicando a ela um matema e uma lógica precisa que faz a articulação entre o simbólico e o real. Ademais, associa sua estrutura à do significante.

Lacan nos oferece o matema da fantasia: $\$ \diamond a$. Do lado esquerdo temos o sujeito, barrado pelo Outro, pela linguagem, pelo simbólico; por falar, o sujeito se encontra na condição de faltante e, conseqüentemente, de desejante. Em última esfera, refere-se ao desejo do desejo do Outro.

O que está entre esses dois termos é o símbolo da punção que pode ser lida como conjunção e disjunção e expressa um empenho em articular o sujeito ao objeto de maneira complacente para que haja uma preservação do lugar de cada um na estrutura. Assim, se seguirmos a explicação lógico-gramatical dos termos conjunção e disjunção, teremos com o primeiro um elemento de ligação (o sujeito e o objeto) e com segundo um elemento de separação (ou o sujeito ou o objeto).

Do lado direito da fórmula, temos o objeto a , objeto esse que não deve ser tomado com um valor imaginário, como bom ou mau, por exemplo, mas sim adquirindo um valor lógico determinado em uma relação. Situa-se como aquilo que falta no campo do Outro. O objeto a seria o suposto objeto que satisfaria o desejo do Outro e conseqüentemente, completá-lo-ia. Trata-se, portanto, “d’a libra de carne” (LACAN, 1963, p. 139) que nos é tomada para pagar a dívida da linguagem instituída pelo Outro, mas que permanece para sempre perdida, restando como um objeto inominável.

Dessa maneira, o matema da fantasia pode ser lido, portanto, como a relação desejante do sujeito com o objeto a , ou, dito de outro modo, a relação do sujeito com o objeto causa de desejo. Com isso, a fantasia é construída pelo sujeito neurótico para se proteger de uma relação direta com a falta de objeto, ou seja, para mediar, por meio do simbólico, sua relação com o real.

O matema da fantasia marcado pelo símbolo \diamond , a inscreve logicamente enquanto possibilidade que advém como uma saída diante do real traumático. Essa construção é fundamental, uma vez que funciona como “uma matriz simbólico-imaginária que permite ao sujeito fazer face ao real do gozo” (JORGE, 2010, p. 77).

Retomando a fantasia paradigmática da obra freudiana *Uma criança é espancada*, Freud (1919b) aponta a construção dela como o limite do saber, mas o que se pode afirmar com veemência diante dos meandros da fantasia é a produção de gozo que ela carrega consigo deixando efeitos em seus rastros.

Na frase axiomática da fantasia, o caráter reflexivo da pulsão freudiana, aponta o lugar pouco definido do sujeito. Assim, diante da formulação fantasística, não se sabe quem bate ou quem é batido. Isso ocorre porque o que está em jogo na fantasia é o circuito da pulsão e sua imperiosa exigência de satisfação que recorta o objeto *a* enquanto vazio. O sujeito encontra-se, dessa forma, *ob-sceno* em sua própria *per-versão*. Trocando em miúdos, o sujeito está fora da cena em sua própria montagem fantasística.

Isso nos remete a um momento inicial do caso, em que P. procura a análise dizendo ter passado da posição de agredida para a de agressora, nos apontando a reflexividade da pulsão que, sempre ativa, encontra vias para se satisfazer, ainda que parcialmente.

A fantasia que foi criada numa tentativa de tamponar o vazio conduzindo a uma ficção elaborada pelo sujeito, traz como consequência, uma fixação e, portanto, uma constante repetição da fantasia que ali opera iterando o gozo.

Assim, pensamos a fantasia como o que vela e interpreta o gozo, estando na justaposição entre um significante (sujeito barrado) e uma experiência de gozo (objeto *a*). Jorge (2010) nos revela que efeitos ocorrem:

Com a entrada em ação da fantasia, tributária da operação do recalque originário, o que ocorre é o afinilamento do gozo ilimitado que invadia todo o corpo com a conseqüente redução de seu gradiente mortífero, o gozo passando a se produzir em regiões privilegiadas do corpo, os orifícios corporais. O que era gozo ilimitado se torna gozo limitado, denominado por Lacan de gozo fálico, gozo articulado à estrutura da linguagem (JORGE, 2010, p.142).

Sendo assim, a fantasia serve como um freio que limita, mas que também designa aquilo que falta. Jorge (2010) assinala que a entrada em ação da fantasia promove de forma radicalmente profícua a sexualização da pulsão de morte na medida em que se torna gozo fálico escoado por um objeto. Ao enlaçar significante e gozo, a fantasia aponta que não há uma relação direta do sujeito com o Outro, ou seja, essa relação só é possível na via do objeto a.

Com isso, diante do enigma do desejo do Outro modalizado por meio pergunta “*che vuoi?*” (“que queres?”), Lacan ratifica que a fantasia é aquilo que tenta obturar a falta do Outro, e conseqüentemente, a própria falta do sujeito. É precisamente isso que significa a máxima de que o desejo do sujeito é sempre o desejo do Outro, pois ao verificar que o Outro deseja e isso inclui que a ele falta algo, o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida e se depara com sua própria falta.

Há ainda outra coisa em questão nesse enigma, pois ele também reproduz a posição primordial e constitutiva do sujeito: sua posição de objeto. A criança imersa na trama familiar não tem clareza dos jogos de falo e castração que se estabelecem à sua volta em um campo de batalha. Com isso, a fantasia responde também, em um nível mais fundamental, o que o sujeito é para os outros a partir de pontos vislumbrados pelo próprio sujeito.

Ora, se só é possível ter acesso à realidade através da fantasia, podemos pensá-la como um enquadramento no qual o sujeito está aprisionado de maneira fixa e repetitiva a se relacionar com a causa do desejo. Lacan fala da fantasia como um quadro posto na borda de uma janela pela qual o sujeito vê o mundo.

Os que ouviram minha intervenção nas Jornadas Provinciais dedicadas à fantasia [...] podem lembrar-se da metáfora de que me servi: a de um quadro que acaba de ser colocado no caixilho de uma janela. Técnica absurda, sem dúvida, caso se trate de ver melhor o que está no quadro, mas já não é disso que se trata. Seja qual for o encanto do que está pintado na tela, trata-se de não ver o que se vê pela janela (LACAN, 1962-63, p.85).

Dessa forma, a fantasia se apresenta tanto como janela que enquadra, mas que permite certo acesso ao gozo, como enquanto teia que encobre o real desse gozo. É através das coordenadas fantasísticas que o neurótico se

estabiliza e constrói sua realidade. Contudo, é preciso evidenciar que isso também é imposto a ponto de provocar certo apagamento no sujeito, já que o limita em seus movimentos promovendo uma radical redução de sentido, por meio da articulação simbólico-imaginária, para lidar com a falta de sentido do real.

Apesar disso, podemos inferir que há um limite dessa realidade fantasística, Zizek (2013) o aponta:

Em nossa experiência diária, estamos imersos na “realidade” (estruturada ou apoiada pela fantasia), mas essa imersão é perturbada por sintomas que atestam o fato de que outro nível reprimido de nossa psique resiste à imersão (ZIZEK, 2013, p.402).

Isso nos leva à pergunta: o que acontece caso essa fantasia não funcione de modo consistente e o sujeito se depare de maneira direta com o objeto faltoso, ou seja, com o real? Para tentar responder tal questão, passemos para o próximo item que discorrerá sobre os efeitos motivados pela precariedade da maquinaria fantasística.

1.5 – A ação e o *acting-out*

O real é acessado por meio do sintoma e/ou da angústia numa neurose. No primeiro, a representação do real é recalcado, já que a fantasia se estabelece como o cerne do sintoma e tampona o real, tal qual acabamos de ver. No segundo, em contrapartida, o real emerge de maneira arrebatadora, ainda que pontualmente. A angústia que surge é um aviso de que a fantasia poderá não ser preservada diante dessa súbita invasão de *nonsense*.

Desse modo, sem a montagem da fantasia, há uma irrupção da angústia. Em seu seminário destinado ao tema da angústia, Lacan (1962-63, p. 85) aponta o repetitivo sonho do Homem dos Lobos, conhecido caso de Freud (1918), como um exemplo de fantasia desvelada em sua estrutura. Acrescenta que o que é patente nesse sonho é o descobrimento abrupto da janela pela

qual a fantasia é evocada, tendo como consequência a vista para o “além-mar” da fantasia enquadrada.

Seguindo, Lacan (1962-63) indica que tudo que se relaciona com o horripilante, o inquietante, o estranho – *Unheimlich* (Freud, 1919a) – aparece sob a luz da angústia no enquadre. Vale citar esse desdobramento:

“Súbito”, “de repente” – vocês sempre encontrarão essas expressões no momento da entrada do fenômeno do *unheimlich*. Encontrarão sempre em sua dimensão própria a cena que se propõe, e que permite que surja aquilo que, no mundo, *não pode* ser dito (LACAN, 1962-63, p.86).

Assim, a angústia que se assinala sem palavras é da ordem da certeza, daquilo que não engana e que não pode ser recalçado. Lacan define exatamente a natureza desse percurso:

A angústia é esse corte – esse corte nítido sem o qual a presença do significante, seu funcionamento, seu sulco no real, é impensável; é esse corte a se abrir, e deixando aparecer o que vocês entenderão melhor agora: o inesperado, a visita, a notícia, aquilo que não é tão bem exprimido pelo termo “pressentimento”, que não deve ser simplesmente entendido como o pressentimento de algo, mas também como o *pré-sentimento*, o que existe antes do nascimento de um sentimento. [...] a verdadeira substância da angústia é o *aquilo que não engana*, o que está fora da dúvida. (LACAN, 1962-63, p. 88)

Com isso, chegamos ao vínculo da angústia com a certeza, o qual resulta na ação. Lacan (1962-63, p. 88) indica que possivelmente é da angústia que a ação extrai sua certeza; dessa maneira, “agir é arrancar da angústia a própria certeza. Agir é efetuar uma transferência de angústia”.

Nesse ponto faz-se necessário um adendo para tratarmos do termo “ação” na teoria psicanalítica. Desde o começo de sua obra, Freud desvincula a ação da vontade. Em seu texto *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, Freud (1901) demonstra, através do ato falho, que a ação psíquica determinada pelo inconsciente tem um sentido próprio, ou seja, há nela uma significação que valida seu ato.

Com isso, podemos dizer que a ação humana difere da ação intencional, podendo apresentar-se de maneira complexa e diversa e até mesmo incoerente e paradoxal. Remetendo-nos ao que foi anteriormente exposto a

respeito da intenção de agressão, é exatamente nesse ponto em que há a possibilidade de equivocar que se situa a diferença da intenção de agressão a partir da economia psíquica do sujeito, de uma intenção “pura” e sem consequências. Ao incluir a estrutura do inconsciente esses atos se tornam singulares, peculiar a cada circunstância e a cada sujeito.

Trobas (2002) pontua como Lacan trabalha essa questão:

[...] a ação humana é uma resposta ao inconsciente que participa em sua opacidade, que a inclui, e que, por conseguinte é solidária ao que geralmente chamamos em filosofia *a ficção da transparência* da consciência do sujeito humano. É precisamente com essa ficção que o sujeito se imagina lógico e racional em suas ações (TROBAS, 2002, p. 45).¹

Convocando, uma vez mais, o caso clínico, vimos que P. marcava uma ação dirigida à filha sem se implicar nisso, ou dito de outro modo, não havia questionamento sobre a sua intenção de educar a filha a partir de agressões. Quando P. procura a análise, ela pôde se dar conta de algumas questões inconscientes que sustentavam seus atos, uma vez que passou a se responsabilizar, ainda que minimamente, por eles.

Dito isso, voltemos a examinar os diferentes modos de agir em defesa à angústia. Nesse momento trabalharemos com a saída em ato demarcada pelo *acting-out*, uma vez que ele parece se vincular com o que propomos na vigente pesquisa ao tentar demonstrá-lo como um tipo de manifestação da agressividade. Contudo, vale sublinhar que o *acting-out* é apenas uma das possibilidades de resposta frente à angústia e novamente ressaltamos que a partir do recorte da pesquisa estamos propondo pensá-lo em relação à agressividade, mas não pretendemos com isso fazer equivaler todo *acting-out* à expressão da agressividade e nem vice-versa.

Pois bem, as respostas à angústia podem ocorrer quando o sujeito não utiliza ou dispõe de recursos simbólicos para lidar com a castração como falta, ou ainda, para lidar com um encontro repentino com o objeto *a*. As manifestações em ato demonstram não só como se dá a relação com a falta,

¹ As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas.

mas principalmente a relação com o real. As saídas se diferenciam ao dependerem de diversas circunstâncias vividas pelo sujeito em sua história. Iniciemos a trajetória da condição do *acting-out*.

Lacan (1962-63, p. 136) nos fala da “relação profunda e necessária do *acting-out* com o *a*”. Ora, se, como vimos, toda relação do sujeito com o Outro se estabelece a partir do objeto *a*, podemos dizer que o *acting-out* conserva uma orientação para o Outro, ainda que se mostre na conduta do sujeito. Assim, o *acting-out* se enquadra na categoria de um ato imprevisto, mas que ainda segue minimamente coordenadas simbólicas. Trobas (2002) nos orienta sobre esse traço:

Lacan em seus primeiros seminários enfatizou que se trata de uma ação que se impõe à realidade do sujeito como um roteiro a ensinar, que tem uma dimensão exibicionista sem que por ele alcance um valor de proeza (TROBAS, 2002, p. 49).

Essa dimensão exibicionista é frisada por Lacan por meio do termo “mostração”, sendo uma das principais características de um *acting-out*:

O *acting-out* é, em essência, a mostração, a mostragem, velada, sem dúvida, mas não velada em si. Ela só é velada para nós, como sujeito do *acting-out*, na medida em que isso fala, na medida em que poderia ser verdade. Ao contrário, ela é, antes, visível ao máximo, e é justamente por isso que, num certo registro, é invisível, mostrando sua causa. O essencial do que é mostrado é esse resto, é a sua queda, é o que sobra nessa história (LACAN, 1962-63, p. 139).

Retiramos outro recorte do caso que ilustra essa questão. P. sempre revelava aos seus parceiros que tinha uma doença venérea no instante exato em que o ato sexual se consumaria, acarretando neles reações furiosas. Tal fato lhe provocava muita angústia e por essa via P. montava a cena em que a agressividade contra si e contra o outro podia ser atuada.

Não há como deixarmos de observar que o elemento escópico está em jogo nessa dialética. Tal ênfase nos remete, sobretudo, ao plano da imagem e consequentemente ao registro imaginário. Porém, o elemento que aparece em cena como destaque e conduz o sujeito em seu trajeto, é o objeto que capta o olhar. Lacan insiste:

Entre o \$, aqui “Outrificado”, se posso me expressar desse modo, em sua estrutura de ficção e o Outro, A, não autenticável, nunca inteiramente autenticável, o que surge é esse resto, a, é a libra de carne. [...] É essa a marca que vocês sempre encontrarão no que é *acting-out* (LACAN, 1962-63, p. 139).

Esse objeto, então, participa da ação impondo-se ao sujeito, o que torna o objeto protagonista da cena, e deixa o sujeito com o papel secundário. Entretanto, vale salientar, que o sujeito faz essa montagem e assim também participa da cena podendo ser, além disso, o espectador dela.

Ora, se estamos falando de cenas e roteiros, estamos falando, fundamentalmente, que o *acting-out* inclui a dimensão significante. No entanto, não se trata do significante em seu valor habitual de enigma, isto é, não se trata de um significante opaco e sem significado. Ao contrário, é a apresentação de um significado explícito, mas que se mantém estranho para o sujeito em causa. Vemos como Lacan determina isso:

O *acting-out* sempre comporta um elemento altamente significante, justamente por ser enigmático. Nunca chamaremos de *acting-out* senão um ato que se apresenta com um caráter especialmente imotivado. Isso não quer dizer que ele não tenha causa, mas que é muito difícil atribuir-lhe uma motivação psicológica, pois ele é um ato sempre significado (LACAN, 1957-58, p. 433).

O *acting-out* implica então, na clareza do significado, mas se apresenta de maneira inapropriada e parece pouco relevante ao discurso do sujeito, já que ele não se implica em seu reconhecimento. Dessa maneira, como todo e qualquer ato, “retorna sempre para o sujeito como questão, antes, durante e depois de lançado e independente da avaliação de seu desempenho ou de sua potência inventiva” (BARROS, 2005, p. 91).

O reconhecimento, por sua vez, é marcado através do Outro. Essa inteligibilidade própria do *acting-out* nos remete à outra cena. Pois bem, chegamos à estreita relação do *acting-out* com a fantasia fundamental. Lacan também a sublinha:

Há quase uma equivalência entre a fantasia e o *acting-out*. O *acting-out* estrutura-se, em geral, de um modo que se aproxima muito de

uma encenação. Ele é, a seu modo, do mesmo nível da fantasia (LACAN, 1957-58, p. 433).

Se o que está em jogo é o sujeito a partir de sua ficção, o valor significativo do *acting-out* deve ser outorgado pelo Outro. Assim, temos no *acting-out* uma repetição significativa, ou dito de outro modo, uma repetição da fantasia.

Podemos dizer que o posicionamento inconsciente de P. era regulado a partir da fixação de sua fantasia? Se o que está em jogo é o sujeito a partir de sua ficção, temos no *acting-out* supracitado uma repetição da fantasia, ou seja, uma repetição da posição de “gata borralheira” outorgada pelo Outro.

Essa re-petição contempla múltiplos sentidos, uma vez que trata-se da fantasia como o último recurso simbólico para, em ato, o Outro atender ao apelo do sujeito de reenquadrar por meio da interpretação, o que está desarranjado. Dessa forma, no *acting-out* a fantasia funciona como a última defesa do sujeito frente ao objeto *a*, objeto que se coloca enquanto falta como causa de desejo e enquanto presença como causa de angústia.

Com isso, finalmente alcançamos a questão da pesquisa que tem como uma de suas hipóteses, a possibilidade de articulação entre a agressividade, a fantasia e o *acting-out*. Definindo, a fantasia como “o imaginário aprisionado num certo uso de significante” (LACAN, 1957-58, p.421), o *acting-out* pode ser determinado como uma re-ação que antecipa a angústia para movimentar e solicitar os aparatos simbólico-imaginário que o sujeito possui.

Porém, Lacan assinala:

A fantasia [...] não é uma imagem cega do instinto de destruição, não é uma coisa em que o sujeito – por mais que eu mesmo me esforce por criar imagens para lhes explicar o que quero dizer – se enfureça de repente diante de sua presa, mas é algo que não apenas o sujeito articula num roteiro, como no qual ele próprio se coloca em cena (LACAN, 1957-58, p. 421).

Portanto, os atos agressivos modalizados pelo *acting-out* podem advir no encontro com o objeto da angústia, pois, diante do impossível de dizer há um esgotamento significativo, que encontra sua única possibilidade de

expressão por meio de um ato, tomando-o como necessário e não como contingente.

2 OS CAMINHOS DA VIOLÊNCIA

Para o presente capítulo, escolhemos, primeiramente, percorrer o tema da violência por meio de alguns teóricos em diferentes campos de saber, com o intuito de apontar a complexidade da definição do conceito de violência até mesmo fora da psicanálise. Sabemos, contudo, que não será possível abarcar e nem nos aprofundar em todos os esforços empreendidos por estudiosos, tendo em vista que pretendemos tão somente nos utilizar deles a fim de situar o discurso da psicanálise em relação ao tema. Acrescido a isso, nos propomos a pensar a violência a partir de alguns conceitos psicanalíticos que possam nos orientar nessa pesquisa sustentada a partir do caso clínico que a causou.

2.1 – De que violência estamos falando?

Não encontramos uma definição única que ateste o conceito de violência, seja na antropologia, na sociologia, na filosofia, na criminologia, na saúde ou na psicanálise. Entretanto, é uma designação para condições extremamente presentes no cotidiano da sociedade, permeando discursos variados que a encaixam na categoria de violência urbana, violência intrafamiliar, violência sexual, entre outros. Além disso, as formas menos ruidosas de violência também são atestadas sob esse termo como, por exemplo, a violência psicológica ou moral.

Podemos pensar que, de saída, nos deparamos com uma problemática concernente à nomeação do que é violência hoje, uma vez que poderia não sê-lo em outra época, pois o discurso de cada época determina o que se nomeia como violência. Do mesmo modo, verificamos que se ela se apresenta como fato discursivo, traz consequências importantes tanto na maneira como ela é constatada fenomenologicamente, quanto nas consequências legislativas que dela derivam.

Iniciemos nossa explanação com os estudos do antropólogo e etnógrafo francês, Pierre Clastres, que, dentre outros, apresentou trabalhos de antropologia política com uma visão crítica acerca do que era considerado primitivo nas sociedades indígenas. Tomamos como referência, seu livro nomeado de *Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas*, lançado em 1980, após sua morte em um acidente de carro.

Situemos rapidamente o contexto de sua teoria, nos baseando em seus escritos que criticam a visão de alguns pensadores europeus, como Heráclito e Hobbes, ao dizer que “é a aparente prevalência da guerra na vida dos povos primitivos que primeiro chama a atenção dos teóricos da sociedade” (CLASTRES, 1980, p. 217). Clastres (1980, p.218) aponta que tais pensamentos manifestavam a certeza de que a inexistência do Estado permitiria a propagação da guerra, tornando impossível a instauração da sociedade. Na contramão desse pensamento, Clastres defende que:

Nenhuma sociedade primitiva escapa à violência, nenhuma delas [...] ignora ou recusa o desdobramento guerreiro de uma violência que envolve o próprio ser de cada comunidade implicada no conflito armado (CLASTRES, 1980, p. 218-19).

Dessa maneira, a guerra seria universal, independente da instauração ou não de leis outorgadas pelo Estado. Nesse ponto já podemos notar a discordância discursiva entre os autores supracitados sobre uma das manifestações mais presentes da violência, a guerra.

Clastres (1980, p.220) ainda nos apresenta três discursos etnológicos sobre a guerra pautados em concepções previamente adquiridas “do ser social das sociedades primitivas e, conseqüentemente, do status que nelas possui a violência, das causas que a desencadeiam e dos efeitos que ela exerce”, quais sejam: o discurso naturalista, o economista e o político.

O discurso naturalista baseia-se nas ideias de André Leroi-Gourhan (1964) que atesta a violência com uma visão organicista, sendo um dado natural e biológico do ser humano. Com isso, Clastres (1980, p. 221) argumenta que “a agressão como comportamento, isto é, o uso da violência, relaciona-se portanto à humanidade como espécie, é coextensiva a ela”. Daí decorre o homem caçador que se utiliza de sua agressividade supostamente

natural apenas como meio de subsistência. Em continuidade, haveria a emergência do guerreiro, tomando a guerra como “um puro comportamento de agressão e agressividade. Se a guerra é a caça, então a guerra é a caça ao homem” (CLASTRES, 1980, p.222).

Contudo, Clastres discorda dessa visão puramente naturalista e inclui a necessidade de pensar sob seu aspecto social. Entra, então, o discurso economista que defende a economia primitiva como uma economia de subsistência e é nessa dimensão que se instalaria o fenômeno da guerra. Assim, o conflito armado se instauraria devido à escassez de materiais que provocaria a disputa por seu pertencimento. Em contrapartida, encontra nas análises de Marshall Sahlins (1976) o pensamento de que a sociedade primitiva nada tem a ver com a miséria, mas ao contrário, com a abundância, desarticulando, portanto, a violência da miséria.

A partir disso, debruça-se sob o discurso político que seria um discurso relativo à troca alicerçado no trabalho de Claude Lévi-Strauss (1943) que afirma que a guerra não tem especificações próprias. Relaciona, com isso, a guerra à troca, afirmando ser causada pelas transações comerciais malsucedidas. Portanto, as trocas seriam as guerras pacificamente resolvidas, ao passo que a guerra seria o fracasso das trocas.

Não pretendemos nos estender nesse ponto. Como afirmado anteriormente, estamos apenas pincelando as diferentes lógicas que percorrem os estudos sobre a violência, e, portanto, sigamos em nosso caminho. Escolhemos citar também, o filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1921) que escreve o texto *Para uma crítica da violência* que circunscreve a questão da violência em sua relação com o direito e a justiça.

Uma das primeiras linhas traçadas por Benjamin no referido texto, diz que “qualquer que seja o modo como atua uma causa, ela só se transforma em violência, no sentido pregnante da palavra, quando interfere em relações éticas” (BENJAMIN, 1921, p. 121). O autor explica ainda que a estruturação do direito é fundamentada a partir dos fins e dos meios e que a violência só pode ser, em princípio, averiguada na instância do meio, fato este que ratifica sua crítica à violência segundo alguns critérios. Questiona se a violência seria em alguns casos, meios para fins justos ou injustos, mas afirma que “permaneceria

ainda sempre aberta a questão se a violência em geral, enquanto princípio, é ética, mesmo como meio para fins justos” (BENJAMIN, 1921, p. 122).

Benjamin (1921) nos expõe a tendência a tentar eliminar esse questionamento crítico através da característica do direito natural que defende a violência como dado da natureza em oposição ao direito positivo que julga a violência como produto do devir histórico. Temos, portanto uma dicotomia, em que a primeira, na perspectiva naturalista, critica a violência por meio de seus fins, e a segunda, por sua vez, na perspectiva histórica faz sua crítica considerando seus meios. Benjamin (1921, p.124) faz sua investigação a partir da teoria do direito positivo, justificando que “ela empreende uma diferenciação fundamental quanto aos tipos de violência, independentemente dos casos de sua aplicação”. Dentro dessa perspectiva, interessa-se pela distinção de uma violência legítima e outra não legítima.

Em seus estudos notamos o esforço de Benjamin para prosseguir com sua reflexão histórico-filosófica acerca da relação da violência com o direito, esforço esse que, novamente, não intentaremos por já justificadas razões. Queremos, contudo, acrescentar um último, mas não menos provocativo pensamento acerca do tema. Recortemos a definição de violência anunciada pela Organização Mundial da Saúde:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (O.M.S, 2002, p.5).

Notamos que há uma junção entre a intencionalidade e a efetuação do ato, independentemente da consequência produzida. Veicular a violência como um problema global de saúde pública (O.M.S, 2002) implica um tratamento a ser dado ela e ao suposto sofrimento que ela provoca, seja em prol de sua prevenção, proteção ou recuperação.

Ainda no *Relatório mundial sobre violência e saúde*, a O.M.S. (2002) faz uma espécie de tipologia da violência, subdividindo-a em amplas categorias e capítulos intitulados: violência juvenil, abuso infantil e negligência por parte dos

pais e outros responsáveis, violência perpetrada por parceiros íntimos, abuso de idosos, violência sexual, violência auto-infligida e violência coletiva.

Vimos, com isso, que diante de uma abrangente análise da violência, nos deparamos com uma multiplicidade de teorias causais, classificações e gradações. Iniciamos com algumas de suas várias formas de definição, de modo a facilitar a mediação científica, contudo nos guiaremos nesta pesquisa a partir do posicionamento que singulariza um sujeito e, portanto, coloca em suspenso toda e qualquer categoria de violência que sirva como bases para ideais generalizadores sociais, jurídicos ou sanitaristas.

Ainda que possamos, eventualmente, fazer um paralelo ou nos remeter e confrontar as ideias supracitadas, nosso desejo maior nessa pesquisa é investigar, sob a luz da psicanálise, as construções teóricas desenvolvidas a partir das questões clínicas que podem nos orientar em nosso percurso.

A partir das trilhas percorridas no capítulo anterior, podemos afirmar com a psicanálise, que uma quota de agressividade é elemento estruturante para a condição humana, fato este que problematiza não só a definição conceitual de violência como algo que se liga diretamente à agressividade, mas também a maneira como um analista lidará clinicamente com isso.

Temos uma reflexão pontual do filósofo Jean Hyppolite sobre o embaraço freudiano acerca do paradoxo entre Eros e a pulsão de morte apontando uma relevante característica da constituição do sujeito a despeito da função da agressividade:

[...] naquilo que se chama amor humano há uma parte de agressividade, sem a qual haveria quase que só impotência, mas que pode levar até a matar o parceiro, e uma parte de libido, que iria dar numa impotência efetiva se não houvesse a parte de agressividade. Se isso funciona junto dá o amor humano. Mas quando isso se decompõe, quando um dos componentes funciona sozinho aparece então o instinto de morte (HYPPOLITE *apud* LACAN, 1954-1955, p.90).

Freud (1932-33) em sua resposta à correspondência de Einstein, *Por que a guerra?* parece apontar para a dialética presente entre esses dois polos tensionados. Remetendo-se à sua obra *Totem e Tabu* (1913), Freud relembra esse enredamento entre os irmãos presente no assassinato do pai da horda

primeira e, posteriormente, no banquete totêmico. Entretanto, a tendência à união entra em conflito com o polo de destrutividade, marcando que nenhuma das duas moções jamais sobrepuja totalmente a outra, o que leva Freud (1932-33, p. 199) a formular que “a violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representavam, agora, a lei em contraposição à violência do indivíduo só”.

Freud se utiliza de tal articulação para se remeter à questão da violência, da lei e do direito em relação a seu uso numa comunidade. Nesse ponto, podemos apresentar o contraponto particular da psicanálise diante das propostas anteriormente citadas de outros pensadores. Indagamo-nos, com isso, se não haveria aí uma violência presente na base do laço social, tal qual nos apresentou Freud com o mito totêmico. Assim, a partir do registro simbólico, toda ordem imposta e universal supõe uma violência ao real que difere para cada sujeito.

Nesse sentido, Freud (1933-33, p. 199) afirma que “a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha [...]”. Entretanto, Freud assinala a dificuldade presente nessa questão, uma vez que seria preciso recalcar algo da tendência pulsional de cada um.

As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que [...] cada indivíduo deve abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos. Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente (FREUD, 1932-33, p.199).

Com isso, Freud (1932-33, p. 203) admite a existência e a persistência de pulsões que tendem não só a preservar e unir, como também a destruir e matar. Contudo, marca “a dificuldade de isolar as duas espécies de pulsão em suas manifestações reais. [...] Muito raramente uma ação é obra de um impulso pulsional *único*”. Acrescido a isso, Freud sublinha que não devemos introduzir juízos éticos e associar a pulsão de morte ao mal, pontuando que nenhuma pulsão é menos fundamental que a outra.

Por fim, Freud (1932-33, p. 204) acentua que ainda que dirigida para fora sob a forma de pulsão de destruição, uma parte dela continua preservada

e atuante dentro do organismo, tendo sido atribuídos “numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização da pulsão de destruição”.

Diante disso, admitimos que a agressividade e a violência formam parte do estofo psíquico do sujeito constituindo em última instância, uma inclinação para a agressão como uma disposição pulsional original (Freud, 1929-30). Com isso, uma questão emerge: há algo da agressividade que pode ser tomada como violência segundo os preceitos psicanalíticos? Delimitar esse campo não é tarefa simples, já que as indicações na teoria de Freud e no ensino de Lacan raramente separam agressividade e violência.

Encontramos em *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente* de Lacan (1957-58) a indicação da proximidade que esses termos nos colocam. Assinala que o emprego do termo agressividade está contaminado de ambiguidade, alertando para a confusão que gera pensar a agressividade presente na relação imaginária com o outro como a totalidade do poder agressivo, o que não é, de fato, o que ocorre.

Para lembrar coisas de evidência primária, a violência é de fato o que há de essencial na agressão, pelo menos no plano humano. Não é a fala, é até exatamente o contrário. O que pode produzir-se numa relação inter-humana são a violência ou a fala. Se a violência distingue-se em sua essência da fala, pode colocar-se a questão de saber em que medida a violência como tal – para distingui-la do uso que fazemos do termo agressividade – pode ser recalcada, uma vez que postulamos como princípio que só pode ser recalcado, em princípio, aquilo que revela ter ingressado na estrutura da fala, isto é, a uma articulação significante. Se o que é da ordem da agressividade chega a ser simbolizado e captado no mecanismo daquilo que é recalque, inconsciência, daquilo que é analisável, e até, de maneira geral, daquilo que é interpretável, é por intermédio do assassinato do semelhante que está latente na relação imaginária (LACAN, 1957-58, p. 471).

Antes de nos debruçarmos sob essa relevante pontuação lacaniana, fomentaremos nosso questionamento a partir da reflexão que o filósofo esloveno Žižek (2014, p. 61) nos apresenta: “como poderemos rejeitar por completo a violência se a luta e a agressão fazem parte da vida?” Ele defende assim que, enquanto a agressão corresponderia a uma “força de vida”, a violência seria uma “força de morte” que marca o excesso da agressão que

“perturba o andamento normal das coisas devido a um desejo que quer sempre cada vez mais”. E segue dizendo que “a tarefa consiste em nos livrarmos desse excesso”.

Dito isso, voltemos para a indicação de Lacan (1957-58) de que a violência é algo que se produz numa relação inter-humana como o contrário da fala. Isso porque, o que está em jogo é a questão da impossibilidade do total recalçamento pulsional. Ora, se a violência se diferencia essencialmente da fala é devido ao excesso e ao resto pulsional presente nela.

Nesse sentido, podemos admitir alguma linguagem como forma de violência? A injúria, considerada uma violência verbal, está inclusa nessa categoria? Se a fala tem como consequência o laço com o Outro a partir da linguagem compartilhada, o que dizer de uma injúria que toca o corpo produzindo gozo e que rompe justamente com a tessitura linguajeira, ainda que advenha de uma articulação significativa? Como a linguagem e sua ordem simbólica funcionam como meio de mediação?

Lacan (1955-56, p. 118) tratou, a partir do caso Schreber, a questão da injúria. Apontando o imaginário como paranoico, por meio da palavra, a injúria seria o limite da relação simbólica com o outro. Tal como vemos: “a injúria é a outra face, a contraparte do mundo imaginário [...] A injúria aniquiladora é um ponto culminante, é um dos cumes do ato da palavra”.

Ao abordar essa questão incluindo a perspectiva do real, uma vez que tomamos o ato, ainda que da palavra, como citado por Lacan, concernente ao campo do gozo, teríamos, então, algo que possamos chamar de violência encadeada, no sentido que funciona dentro de uma cadeia significativa. Žižek (2014) ilumina essa questão ao refletir sobre algo similar com relação ao debate quando, por exemplo, encontramos a condensação de humilhações que uma caricatura carrega.

Na linguagem, em vez de exercermos uma violência direta uns nos outros, procuramos debater, trocar palavras, e esta troca de palavras, mesmo quando agressiva, pressupõe um mínimo de reconhecimento da outra parte (Žižek, 2014, p. 59).

Com isso, relembremos a ideia já citada de Lacan (1954) que nos diz que o âmbito da violência já está contido no da fala, e portanto, podemos dizer

que na fala já há algo do real, do que não se pode dizer e dessa maneira, o real está concernido pelo simbólico. Assim, “a violência verbal não é uma distorção secundária, mas o último recurso de toda a violência especificamente humana” (Žižek, 2014, p. 63).

Tais considerações surgem a partir de um elemento do caso clínico trabalhado nessa pesquisa. Remetemos-nos mais uma vez ao motivo que levava P. à análise: uma agressão pontual contra a filha, visto que admitia já ter agredido a filha outras vezes com a intenção de educá-la. Podemos considerar que tal intenção aponta para certo encadeamento da agressão, uma vez que havia reconhecimento do Outro ainda que de maneira precária, diferente de um rompimento violento com qualquer tentativa de imaginarização ou simbolização.

Diante disso, podemos pontuar, no que tange ao sujeito, que onde há violência não há fala, porém o inverso não é inteiramente verdadeiro. Podemos dizer que está presente na violência – seja ela da forma que for – o campo do gozo como uma produção de algo que não fala, mas se mostra ou se manifesta e, nesse sentido, é que a violência não está de fato em oposição à fala.

Além disso, ainda que o sujeito possa se distanciar da violência através da linguagem compartilhada, esse mesmo caminho pode o aproximar do *singular* de sua violência quando ele toca sua questão mais íntima e incompartilhável, trazendo consigo uma quota pulsional altíssima reivindicando sua satisfação. Assim, podemos afirmar que o caso P. ilustra uma violência transgeracional que inscreve na carne um gozo.

Ante a tantas questões que emergiram na investigação da violência a partir das indicações psicanalíticas, encontramos uma provocação que pode nos conduzir na pesquisa, uma vez que se refere ao traço da singularidade presente no sujeito. Vejamos:

[...] não há sentido comum que valha para todos. Poderíamos formular com – e a partir de – esse princípio que não há violência comum a todos, que cada um tem ‘sua violência’, seu sentido comum do que é violência? (GARCIA, 2013, p.122)².

² As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas.

A partir das ressonâncias dessa questão, desenvolveremos o próximo subitem.

2.2– A violência da linguagem: a operação da alienação-separação

Vimos no capítulo anterior, a advertência lacaniana indicando que a violência já está engendrada no limite da fala, ainda que não seja suscitada. Assim, Lacan (1954, p. 376) atesta que os caminhos da violência testemunham um mais além da palavra, que não mais se sustenta ou que se demite, propiciando ao sujeito o acesso à violência, contra si ou contra o outro. Esse ensinamento nos leva a pensar ser de suma importância a investigação do processo simbólico antecedente à irrupção do gozo envolvido na experiência da violência.

Da mesma maneira, ainda que se situe além da perspectiva simbólica, há uma lógica contida em tal ato, haja visto que esse foi o ponto culminante em que o recalque da agressividade não acedeu à articulação significativa, ultrapassando-a com seu excedente pulsional. Com isso, Miller nos relembra uma das lições fundamentais apontadas por Lacan.

Sugiro que, ao nos depararmos com o que chamamos vulgarmente de fenômenos de gozo, pensemos sempre em articulá-los em seu lugar no processo simbólico, porque essa é a lição fundamental de Lacan (MILLER, 2003, p. 239).

Contudo, para aceder esse ponto, devemos pensar anteriormente a violência a partir da constituição do sujeito nas rédeas do processo simbólico, considerando a violência da própria linguagem sobre o ser que, ao nascer, se depara com o discurso do Outro. Veremos a seguir que é preciso que o sujeito se aliene à lei do significante para estar no mundo, mas isso não ocorre sem consequências. Com isso, nos fundamentaremos nas referências teóricas concernentes à operação de alienação e separação desenvolvidas por Lacan (1964a) em seu seminário sobre os conceitos fundamentais da psicanálise, a fim de nos orientar na trajetória que estamos propondo percorrer.

Para a psicanálise o que surge como consequência da ação da linguagem sobre o vivente, é o sujeito. Com Lacan (1964b, p. 849) sabemos que o sujeito “é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta”. Isso atesta que o advento do sujeito ocorre a partir de um movimento dialético com o Outro, uma vez que o Outro porta a coleção de significantes que ordena a autenticação do sujeito. Ora, a redução do sujeito como significante produzido no campo do Outro, obtura-o nessa condição quando é convocado a se apresentar. Lacan continua:

Com o sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele, e é aí que ele se apreende, e tão mais forçosamente quanto, antes de – pelo simples fato de isso se dirigir a ele – desaparecer como sujeito sob o significante em que se transforma, ele não é absolutamente nada (LACAN, 1964b, p. 849).

Esse movimento é o que Lacan (1964a) nomeia de afânise, uma vez que produz um *fading* do sujeito, ou dito de outra maneira, um desaparecimento letal do sujeito. Doravante, Lacan nos apresenta o *vel* da alienação explicando que o sujeito está submetido a surgir em uma divisão: “se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise*” (LACAN, 1964a, p. 206).

Lacan articula o *vel* da alienação a partir do ser e do sentido, definindo o *vel* como uma operação que ocorre quando em um conjunto há um elemento que não é passível de ser incluído na reunião, resultando em “nem um, nem outro”. Assim, determina que tanto na escolha pelo ser, como na escolha pelo sentido, haverá uma perda. Ele ilustra isso com a teoria de conjuntos, colocando do lado do ser o sujeito e, do lado do sentido, o Outro, ficando o não-senso na conjunção dos círculos. Lacan nos esclarece:

Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente. Em outros termos, é da natureza desse sentido, tal como ele vem a emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante (LACAN, 1964a, p. 206).

Disso, podemos concluir a falta primordial que funda o sujeito. Lacan complementa com o exemplo de uma escolha entre a bolsa ou a vida, nos mostrando que há aí uma escolha forçada, “pois optar pela vida significa perder a bolsa, e optar pela bolsa, significa perder a vida e a bolsa. Em outros termos, trata-se de uma escolha forçada que sempre implica a dimensão de uma perda” (BRODSKY, 2004, p. 67). Assim, a lógica de uma escolha forçada pelo sentido, comporta uma perda, marcada por um *nonsense*.

Com isso, temos um primeiro significante que fixa o sujeito a estar submetido a um significante do Outro, condensando-o num movimento dialético de desaparecimento e identificação. Se antes o sujeito era nada, agora o primeiro significante (S_1) vindo do Outro o representa, entretanto sua falta originária desaparece sob o significante que advém, apontando para o desvanecimento do sujeito, o *fading*.

Há ainda o outro significante (S_2) que forma a primeira dupla da cadeia significante mínima, pois é dessa forma que o sujeito se sustenta em seu advento. Com isso o sujeito logra a via do sentido “produzido agora pelo apelo, feito no Outro, ao segundo significante” (LACAN, 1964b, p. 849). A estrutura do processo de alienação do sujeito do inconsciente encontra-se então, pela via do sentido que emerge na representação do sujeito por um significante para outro significante, dividido através da ação da linguagem. Assim, Lacan pontua:

Não há sujeito sem, em alguma parte, *afânise* do sujeito, e é nessa alienação, nessa divisão fundamental, que se institui a dialética do sujeito (LACAN, 1964a, p. 216).

Diante disso, poderíamos pensar que esse desaparecimento do sujeito – e por que não dizer, esse aniquilamento do sujeito – seria uma forma de violência primordial, ou ainda, violência originária da própria linguagem, necessária para a entrada do vivente no mundo dos falantes. Acreditamos nisso devido às indicações lacanianas: “há então, se assim podemos dizer, questão de vida e de morte entre o significante unário e o sujeito enquanto significante binário, causa de seu desaparecimento” (LACAN, 1964a, p. 213).

Por meio da escolha pelo sentido, o significante unário caracteriza-se a partir do recalque primário e Lacan configura como necessária a queda do S_1 .

Com isso, temos em articulação com o inconsciente, a indeterminação do sujeito que, podendo ser apenas representado na cadeia significativa, produz o efeito de falta-a-ser e conseqüentemente a perda do sentido uma vez que pode deslizar por essa cadeia. Brodsky (2004), nos elucida:

Se o sujeito busca no campo do Outro um sentido para seu ser, uma resposta ao que é, apenas o fato de buscar esse sentido produz o efeito de perder toda a certeza identificatória de quem ele é: produto da alienação [...]. O fato de dirigir-se ao Outro para encontrar um sentido para o sintoma tem como efeito a falta-a-ser. Nem tenho o sentido, nem tenho o ser (BRODSKY, 2004, p. 47).

Gostaríamos de propor, nesse ponto, que recordássemos, a partir do caso clínico dessa pesquisa, os significantes que parecem representar P.: filha da falecida, filha de urubu, gata borralheira... uma série de significantes que fazem parte da cadeia identificatória de P. a partir desse processo de alienação. Manteremos isso em mente para mais a frente observar o que decorre disso.

Pois bem, em correlação à operação de alienação, há uma segunda operação chamada separação. Se Lacan demonstra a primeira operação a partir da lógica da reunião, a segunda se constitui a partir da interseção dos conjuntos. O que se encontra como produto é a falta, comum tanto ao sujeito quanto ao Outro e que tem como efeito na operação de separação, o recobrimento dessas duas faltas como tentativa de obstringir a falta-a-ser.

Assim, se o sujeito sucumbe no significante do Outro, é no intervalo da cadeia significativa que ele pode cavar seu lugar, como Lacan aponta:

Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável – ele *me diz isso, mas o que é que ele quer?* (LACAN, 1964a, p. 209).

É nesse intervalo que, mais além dos efeitos de sentido, o sujeito se depara com o desejo do Outro que se assenta enquanto falta. Naquilo que não convence, o sujeito apreende o desejo do Outro e dessa forma decorre o questionamento “que queres”? (*che vuoi?*) como enigma do desejo do Outro. Encarnado através dos por quês das crianças, esse movimento aponta para a

impossibilidade da completude do saber, destacando a incompletude do Outro, provavelmente alojado na figura dos pais, nesse caso.

Com isso, a falta não mais recai sob o sujeito como na alienação, mas agora também a falta se instaura do lado do Outro. Esse movimento dialético faz com que, ao se encontrar com a falta do Outro, o sujeito responda a partir de sua própria falta precedente na operação de alienação, ou dito de outro modo, responda a partir da perda de uma das partes que o constitui como sujeito do inconsciente. É isso exatamente que Lacan (1964a, p. 209) chama de “recobrimento de duas faltas”, a do sujeito e do Outro.

Dessa maneira, ante a opacidade do desejo do Outro, o sujeito cria seu próprio recurso a partir da questão “pode o Outro me perder?”, restituindo, contudo, sua própria opacidade de ser diante de seu surgimento enquanto sujeito. Assim, é na medida em que o sujeito reencontra, no desejo do Outro, sua paridade enquanto sujeito do inconsciente e, portanto, sujeito faltante, que ele situa no Outro sua própria falta.

Portanto, é no ponto opaco do Outro, nessa falta, que o desejo do sujeito vem a se constituir. Com isso Lacan (1964b, p.858) aponta à torção da operação de separação para o retorno da alienação, pois “é por ele operar com sua própria perda, a qual o reconduz a seu começo”.

Isto posto, podemos inferir que, se na alienação o sujeito se situa como objeto do desejo do Outro, na separação o sujeito opera em sua tentativa de se separar do lugar de objeto, construindo seu próprio desejo ao balizar sua falta, salientando também a falta no Outro e, conseqüentemente, tornando o Outro também barrado. Dessa forma, é possível que o sujeito passe a se identificar e ocupar o lugar de objeto da falta do Outro.

Ora, diante dessas duas faltas e seguindo a lógica da interseção sugerida por Lacan na operação de separação, poderíamos nos perguntar o que encontramos nesse ponto. Lacan (1964a) considera que na interseção entre o sujeito e o Outro não há nada, estando o lugar vazio, ou seja, o que decorre da separação é o objeto que cai como resto da divisão, o objeto *a*.

Vimos no capítulo anterior a formulação lacaniana do objeto *a*, pontuando que “na medida em que ele é a sobra, por assim dizer, da operação subjetiva, reconhecemos estruturalmente nesse resto, por analogia de cálculo,

o objeto perdido” (LACAN, 1962-63, p. 179). Segundo Lacan (1964a) o lugar desse objeto perdido por natureza se expressará como excremento ou como suporte para o desejo do Outro. Assim, o sujeito busca esse objeto a fim de recuperar a perda de vida que lhe é própria, atribuindo-lhe um traço *a-mais* de gozo, o que ele faz através do que surge como pulsão. Disso resultará a fantasia em suas diferentes formas, construída a partir do material do objeto da pulsão.

Encontramos em Lacadée um breve resumo sobre a articulação do ponto faltoso do Outro, que pode ser circunscrito a partir do registro simbólico, portanto, como o significante de uma falta no Outro, e o surgimento da pulsão:

A separação do sujeito da cadeia significante surge cada vez que ele encontra esse ponto de falta. Essa separação o confronta com a emergência da pulsão. Em termos de matema, Lacan colocou em correlação $S(\mathbb{A})$ e a , a falta simbólica e o objeto da pulsão. Ali onde o sujeito encontra o significante da falta, o gozo ligado ao objeto da pulsão emerge. A angústia é o sinal disso (LACADÉE, 2015, p. 26).

Assim, Lacadée (2015) nos aponta que tudo que se relaciona com a separação, a perda ou a um rompimento na vida do sujeito, ocorre a partir da operação de alienação-separação. Dessa maneira, podemos pensar que também há uma violência subjetiva inerente à operação de separação quando retira o sujeito da alienação significante. Ao instituir a pulsão como o que necessariamente surge desse movimento, Lacan (1964a, p. 201) pontua que “a pulsão parcial, é fundamentalmente pulsão de morte, e representa em si mesma a parte da morte no vivo sexuado”. Por conseguinte, se a alienação mortifica o sujeito através do significante, a separação o vivifica através da pulsão.

Ora, se estamos pensando a violência como algo que funda a subjetividade do sujeito, precisamos pensá-la também a partir de sua vicissitude desagregadora. Ao tomá-la como algo que rompe com a articulação significante, ou dito de outra maneira, como algo que não encontra suporte no registro simbólico, nos perguntamos: o que pode ocorrer quando o sujeito se experimenta apenas como objeto do Outro, como esse resto inassimilável que não retoma a lógica dialética da alienação-separação?

2.3– A saída de cena ou a passagem ao ato e sua relação com a violência

A partir do recorte da pesquisa, acompanhamos no capítulo anterior a perspectiva do *acting-out* como uma das respostas frente à angústia que se liga diretamente com a questão da agressividade constituinte do sujeito. A fantasia, em sua função mediadora, opera como o último recurso simbólico que o sujeito dispõe para lidar com o encontro com o real, ou dito de outro modo, o encontro com a falta da falta. Apontamos, contudo, que as saídas se diferenciam dependendo das circunstâncias vivenciadas pelo sujeito.

Assim, ratificando que a operação lógica da alienação-separação é fundamental nessa trajetória singular que marca a constituição do sujeito, compreendemos que a mediação balizada pela fantasia no encontro com o objeto nem sempre é possível de operar, podendo desencadear um ato tomado como violento, como a expressão de uma “violência extrema em que o sujeito se subtrai de si mesmo ao se subtrair de sua palavra” (LACADÉE, 2015, p. 32).

Eclipsado pelo objeto, o sujeito se demite e o que surge é propriamente a violência. Ao retomar Hegel em seu seminário sobre a angústia, Lacan nos oferece as seguintes coordenadas:

Ao exigir ser reconhecido ali onde sou reconhecido, sou reconhecido apenas como objeto. Obtenho o que desejo, sou objeto, e não consigo me suportar como objeto, já que esse objeto que sou é, em sua essência, uma consciência, uma *Selbstbewusstsein*. Não consigo suportar-me nesse modo, no único modo de reconhecimento que posso obter. Assim, é preciso, a qualquer preço, que se decida entre nossas duas consciências. Já não há outra mediação senão a da violência (LACAN, 1962-63, p. 33).

Podemos pensar, com essa indicação, que há aí uma escolha pelo ser e não pelo sentido, numa lógica em que veríamos certa imposição do momento da alienação e a tentativa iminente de separação? A esse movimento, nos remetemos ao que Lacan trabalha acerca da passagem ao ato. Brodsky (2004, p.74) nos elucida: “a passagem ao ato [...] é situada na opção ‘sou e não

penso', isto é, no rechaço absoluto do inconsciente, no não querer saber nada sobre ele". Veremos esse ponto aprofundado no próximo capítulo com a eminência clínica que lhe cabe. Vamos nos ater, nesse momento, à estrutura mesma da passagem ao ato e como ela se relaciona com o que podemos nomear de violência.

Retomando a pontuação de que o sujeito (\$) se constitui no lugar do Outro como marca do significante, e o Outro, por sua vez lhe garante uma falta restando desse processo dialético o objeto *a*, inferimos que o sujeito se relaciona com o Outro e com o mundo a partir da tela da fantasia que recobre o horror de estar diante desse objeto. Quando a fantasia se desenlça o que ocorre é uma redução absoluta do sujeito ao *a*.

Lacan (1962-63) assinala que se nos referirmos a fórmula da fantasia, a passagem ao ato se localiza do lado do sujeito barrado, uma vez que a barra que produz o *fading* do sujeito o apaga plenamente, restando apenas o objeto *a*. Traz como o correlato da passagem ao ato o "largar de mão" (*laisser tomber*). Ele diz:

É então que, do lugar em que se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historicizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito –, ele se precipita e despenca fora da cena. Essa é a própria estrutura da passagem ao ato (LACAN, 1962-63, p. 129).

A evasão da cena é algo que Lacan marca ser o que é essencialmente reconhecido na passagem ao ato e o que a diferencia do *acting-out*. A cena a qual Lacan se refere é a montagem da fantasia; essa estrutura fictícia que o sujeito constrói para se assumir como tal. À luz da alienação, o "sou e não penso", aponta para a via de um falso ser que não se constituiu a partir de sua história entrelaçada ao Outro, mas que manifesta a presença oculta e acéfala da pulsão.

Para entendermos melhor a construção do conceito de passagem ao ato, vamos retomá-la no ponto inicial de sua referência. Lacan (1962-63) retira esse termo da criminologia que o introduziu no século XIX, porém confere à noção de passagem ao ato um traço clínico. Trobas (2002) esclarece que para a criminologia, a passagem ao ato denota um traço de impulsividade

enquadrado em condutas violentas ou delinquentes produzidas a partir de comportamentos auto ou hetero agressivos dando-lhes uma conotação patológica. Apesar da psicanálise não rechaçar completamente essa ideia, ela estende o conceito de passagem ao ato a diversos fenômenos que tem a mesma estrutura de ato mas que podem ser até silenciosos e recorrentes sem chamar tanta atenção como acontece no campo da criminologia.

Podemos conservar essa característica de impulsividade na passagem ao ato, uma vez que se relaciona com uma ruptura inesperada em uma continuidade que se estabelece não só na conduta, mas também na subjetividade. Além disso, a dimensão da urgência também surge a partir da mudança temporal que se apresenta na subjetividade e isso se concatena com o surgimento da angústia, como vimos na outra resposta determinada pelo *acting-out*.

Assim, frente à angústia que se apresenta a partir do encontro com o objeto *a* e, portanto com o significante enigmático do desejo do Outro, o traço da certeza se configura. Ora, se no psicótico há uma certeza de que o Outro quer algo dele, no neurótico há uma certeza que não se sabe o que o Outro quer dele. Contudo, a passagem ao ato não se valida somente a partir dos tipos clínicos, isso porque, o efeito de certeza que se estabelece nesse circuito, a partir do que vimos ser a afirmação veemente da significação de que “sou isso”, rompe com o processo simbólico que supostamente caberia ao neurótico. Seldes nos explica:

Por que essa significação de significação é certeza? Porque quanto menos sei o que quer dizer, mais isso quer dizer algo. É o ponto do sentido. É o enigma com a certeza de significação que implica, produz uma ruptura, um corte no espaço semântico. Podemos ver a proximidade que existe entre o efeito de certeza da significação na psicose e o que surge como angústia no campo do Outro, especificamente no desejo do Outro. O Outro deseja algo, mas não sei o que é (SELDES, 2004, p. 2)³.

Com isso, reiteramos a relação estreita da angústia com a passagem ao ato que se produz como um modo de tratamento da angústia no que ela se assinala como sinal, segundo Freud (1926), como o “perigo interno

³ As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas. .

representado pelo objeto pulsional, sua possibilidade de irrupção na subjetividade egoica, seja como tal, seja na forma de sua elaboração mínima, o que chamamos com Lacan de fantasia fundamental” (TROBAS, 2002, p. 32).

Portanto, circunscrevemos a passagem ao ato numa conjuntura de um ato impensado, traduzido pelo espanto do que não se havia previsto. Vimos que P. o mostra com clareza quando pontua que o momento em que passa da posição de agredida para a de agressora surge a partir de um ato repentino realizado em direção à sua filha, quando mobiliza seu corpo para “voar para cima dela”. P. não consegue ir muito adiante na reflexão sobre a causa que a fez cometer esse ato, não podendo lançar mão da elaboração como fazia ao dizer que “era para educá-la”. Esse ato produziu, de fato, um rompimento com a cadeia simbólica que até então se articulava.

Constatamos assim que diante do esgotamento de argumentos explicativos ou de elaborações simbólicas possíveis, o sujeito se depara com um mal estar insuportável diante do ato. Nesse caso, o mal estar instalado fez P. se encaminhar para a análise, mas nem sempre isso ocorre. Outro fator importante que marca a passagem ao ato é sua relação com o corpo, tal qual ilustramos a partir do que P. apresenta.

Dessa forma, podemos verificar o traço real da passagem ao ato, já que ela se evidencia na expressão direta no real do corpo. Trobas (2002) nos relembra que Freud apontou esse caminho no início de seus estudos em 1891 e 1892, quando observava que as crianças de peito expressavam a excitação corporal como uma saída pela motricidade. Assim, marca que a descarga motora também é um dos aspectos da passagem ao ato, independente da realização da satisfação pulsional e sua significação. Nas palavras de Trobas:

A motricidade, o movimento na passagem ao ato, não é uma simples agitação que pode preceder e anunciar a impulsão do ato como tal; tem uma orientação, um sentido que para cada sujeito indica sua maneira de sair do contexto, da cena onde vacila seu trabalho de significantização e imaginarização (TROBAS, 2002, p.33).

Desse modo, a passagem ao ato não seria apenas uma reação frente à angústia, mas também uma evasão provocada por ela. Isso nos remete mais uma vez ao traço que rechaça o saber. Ora, se o *acting-out* inclui a repetição

da fantasia em ato como o recurso remanescente frente à sua posição de causa de desejo e causa de gozo, inclui também, de certa maneira, o consentimento do sujeito a seu ser de objeto, pois é o que o mantém em sua estrutura ali onde ela produz a falta, produzindo também e sendo fonte do que pontuamos como gozo fálico. Na passagem ao ato o mesmo não ocorre.

Como já circunscrevemos, a conjunção subjetiva angustiante da emergência do objeto *a*, não pode ser imaginarizada nem significantizada na passagem ao ato. “Na passagem ao ato, como verificamos na clínica, não se trata somente de um ato que exclui o sujeito, mas também se trata de uma realização que dissolve a formação narcisista do eu (*i (a)*)” (TROBAS, 2002, p. 39).

Diante dessa indicação, podemos entender que a passagem ao ato assinala um rechaço a qualquer identificação fabricada pela operação subjetiva. Lacan (1958) aponta que é um salto no real, no real pulsional na medida em que “o sujeito realiza o limite do discurso, que é o objeto *a*, e o realiza na identificação, se *faz* objeto *a*” (TROBAS, 2002, p. 39).

No *Seminário 10, A angústia*, Lacan (1962-63) designa a passagem ao ato como um atravessamento selvagem da fantasia, já que ela se estabelece como o limite da relação do sujeito com o que ele é como *a*, indicando o rompimento do limite entre a cena e o mundo.

Alienado no objeto, e, portanto ratificando o que vimos anteriormente como o apagamento total do sujeito sob a barra do recalque que lhe recai, “a passagem ao ato atua sobre o polo *a* da fantasia, mas sem realizá-la” (TROBAS, 2002, p. 39). Com isso, o rechaço do saber se localiza a partir do que podemos entender que a passagem ao ato apenas nos ilustra o objeto *a*, mas não produz a elaboração e produção de saber que pressupõe a construção da fantasia que anima o sujeito, ainda que ela seja o limite do saber como propôs Freud (1919b).

Vimos até aqui a construção conceitual da passagem ao ato. Propomos, nesse ponto, a pensar sobre a proximidade entre esse conceito com o que estudamos acerca da violência.

Iniciamos lembrando que a violência a partir da psicanálise, se situa no que escapa à palavra, percorrendo as trilhas do real; a passagem ao ato, por

sua vez, emerge a partir do rompimento súbito com a fantasia, elidindo o sujeito de sua condição e não mais dispendo de coordenadas simbólicas. Verificamos, além disso, que tanto a violência quanto a passagem ao ato, se relacionam com o resto e o excesso pulsional encarnado a partir do objeto *a*. Esses aspectos nos mostram a íntima relação da produção da violência com a passagem ao ato.

Assim, podemos pensar na passagem ao ato correlacionada à violência que ultrapassa os limites e recursos da linguagem. Isso porque na passagem ao ato não há endereçamento ao Outro, uma vez que “toda fala implica uma demanda ao Outro, enquanto o ato é fruto de uma certeza sem dialética, sem Outro” (Machado, 2014, p. 5).

Com isso, no momento do ato há uma suspensão da rede significante, na qual o sistema linguístico fracassa, restando só pulsão pura. Nessa lógica, a violência viola a lei significante ao encontrar o ponto em que o sistema é cego, ou em outras palavras, a pulsão atua silenciosamente, mas com sua mão de ferro constante, muda e acéfala.

Outro traço importante que marca a relação da violência com a passagem ao ato, é que tanto em uma quanto na outra, não se pode falar em dois sujeitos, no sentido do sujeito barrado pela linguagem (\$), exatamente pelo o que vimos anteriormente. Há, portanto, o apagamento do sujeito, que se demite ou que foi defenestrado do campo da linguagem. Dessa forma, podemos dizer que tanto a violência quanto a passagem ao ato parte do real e a partir de um ponto real do sujeito que se apresenta intrinsecamente nele.

A partir disso, podemos inferir que o ponto de real verificado a partir da violência é a agressividade que escapa ao sentido e ao gozo fálico. Observamos nessa passagem a real articulação entre violência e passagem ao ato:

A violência, tomando por base essa consideração, rompe com o sentido e nos direciona ao real. A passagem ao ato seria seu paradigma, uma força performática que prescindir do Outro. O ato violento é um curto-circuito na fantasia, uma forma radical de defesa contra a divisão subjetiva que, no seu extremo, exclui o inconsciente. Desse modo, a violência seria um mergulho no real (MACHADO, 2013, p. 133).

Esse ponto de real está vinculado a sua posição de objeto em coalescência com o gozo. A violência ocorre, então, quando há uma diferença radical de modos de gozo: quando o Outro goza, eu sou seu objeto. Dessa maneira, a passagem ao ato violento expressa um tratamento dado ao gozo que escapa ao sentido. Caldas (2013) explica precisamente a violência que ocorre através desse gozo a mais que invade o corpo:

Pensar na violência implica, portanto, conceber essa alteridade, aquém e além das ficções compartilhadas, dos semblantes que cada sujeito só pode sustentar se tiver estabelecido um limite singular, porém, efetivo, que o separe do Outro ameaçador (CALDAS, 2013, p. 230).

Garcia (2013, p. 127) inclui a violência como “um sintoma que implica a repetição do Uno do gozo que volta sempre ao mesmo lugar sem espécie de sentido”⁴, e, portanto estaria fora do sentido em termos de decifração ou interpretação, colocando “a violência como signo, a violência como um sintoma-gozo”.

Essas provocações nos colocam a pensar que se a violência se instala aquém e além da fala, quais recursos tem o analista a partir da sua função? E se a regra fundamental da psicanálise é a associação livre, o que fazer diante do impossível de dizer? Essas perguntas foram suscitadas como ponto de partida da presente pesquisa diante do caso clínico P. Tivemos que percorrer uma longa construção teórica para, finalmente, aceder a clinica do ato que entendemos ter nos deparado como desafio e questão. No próximo capítulo tentaremos esclarecer esse ponto decantando mais explicitamente o caso P. e seu desenvolvimento.

⁴ As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas.

3 A CLÍNICA DO ATO

Ratificando que a produção do saber teórico só pode lograr algum êxito a partir do que a clínica inaugura, neste terceiro e último capítulo apresentaremos o caso P. realizando uma articulação teórico-clínica a partir das sutilezas e particularidades desse caso. Encontraremos, assim, formas de expressão da agressividade e da violência produzidas tanto a partir do *acting-out* quanto da passagem ao ato. Veremos, portanto, o que a clínica do ato pode nos ensinar acerca de nossa investigação.

3.1 – O caso P. e algumas articulações⁵

P. chega à análise aos 32 anos, dizendo que sua vida está um caos e que ela é “fruto de um caos”. Procurou atendimento no serviço para o filho mais novo, mas resolveu pedir para ser atendida também. O motivo que a levava a procurar análise foi uma briga com uma das filhas que ela pontua como o momento em que passou da posição de agredida para a de agressora. Sabendo que o sujeito constrói sua história no percurso da análise, veremos como P. pôde discorrer sob esse ponto que a capturou para iniciar o tratamento, mas que deslizou ao longo de sua construção.

Sua história parece ter sido marcada por uma violência pré-natal que se perpetuou ao longo de sua vida. P. é filha de uma mulher divorciada com três filhos que, ao engravidar dela, buscou um homem que assumisse a criança e a registrasse. Ela conseguiu encontrar esse homem, mas, depois de muitas surras, ele a mata; nesta época P. tinha pouco mais de um ano, fato este que a faz dizer que “levou porrada desde a gestação”.

Ela e seus irmãos passam a ser criados por um casal de tios, que não revelam que ela era filha de criação. Conta que foi criada como filha dos tios,

⁵ A fim de não desvelar o caso clínico e o paciente, alguns dados foram omitidos e outros substituídos.

mas não entendia porque era irmã de todos, enquanto seus irmãos eram primos dos outros filhos dos tios. A tia exigia que ela fizesse os serviços domésticos e, por isso, diz que se sentia a própria “gata borralheira”. Começou a desconfiar de que havia algo estranho quando, ao ouvir os comentários dos vizinhos, percebeu que se referiam a ela como “a filha da falecida”, entendendo que “falecida” era o nome de sua mãe. Apenas na adolescência, depois de uma briga, confrontou a tia e soube dos detalhes de sua história, dando sentido então a algumas frases que ouvia, como por exemplo, que ela “queimava a raça” e era “filha de urubu”.

Essas colocações nos remetem à questão da violência que estivera sempre presente em sua vida, podendo até dizer que ela nesse caso é transgeracional. Ora, sabemos que o ser falante já é falado antes mesmo de nascer e, certamente, esses significantes marcaram P. no processo de causação do sujeito. Assim, mais além da violência física, reitera-se o efeito violento que a linguagem produz no vivente.

Aos 18 anos, saiu de casa para morar com o pai de sua primeira filha, com quem foi casada por doze anos. Frequentemente era forçada a ter relações sexuais com ele; certo dia, quando havia tomado remédio para dormir, seu marido chegou drogado e, enfurecido, enfiou-lhe pela boca o restante dos remédios que havia na caixa. Acordou com ele cortando sua roupa com uma tesoura e percebeu que espumava pela boca. Forçou o vômito e mandou que ele saísse de casa, ameaçando-o de morte.

Um tempo depois, conheceu seu segundo marido e engravidou novamente, mas de um menino. Durante essa gravidez, descobriu ser portadora de uma doença venérea. Esse relacionamento também era marcado por violentas brigas; em uma delas, ele a agrediu e tentou enforcá-la, tendo sido interrompido por um apelo de P.

Dos dois relacionamentos violentos, denunciou à justiça apenas o segundo, mas esse passado marcado pela violência se atualizou na relação com sua primeira filha. Tiveram uma briga com agressões física de ambas as partes, o que redundou no rompimento de relações entre elas e com a denúncia de maus-tratos feita pela filha. Conta que já havia agredido a filha outras vezes, com a intenção de educá-la, entretanto, nesse episódio em que

P. foi novamente intervir com um tapa, a filha revidou. Após alguns familiares que assistiram a cena separarem a briga, ainda marcada por ela como um manejo na educação, a filha enuncia que “não irá mais machucá-la”. P. diz que ouvir aquilo lhe causou uma súbita reação, mobilizando seu corpo para “voar para cima dela”, algo que ela marca ser diferente do intencional.

Nesse ponto, P. não consegue dizer ou elaborar muito mais do que essa diferença entre os dois atos quase concomitantes, mas que o corte dos familiares e a fala de sua filha precipitaram um ato abrupto e inesperado, tendo sido significado por ela como o momento em que se vê na posição de agressora e não mais de agredida, como se reconhecia até então. Além disso, após saber que havia sido denunciada, P. rasga todas as roupas da filha dizendo ser uma maneira de “matar a parte dela que havia dentro de mim”.

Ao relatar este episódio, P. conta que disse para a filha: “se eu posso te desejar alguma coisa, desejo que você engravide de uma menina e passe por tudo o que estou passando”. Nesse momento, uma intervenção opera: “Nossa, isso parece uma maldição...!” Na sessão seguinte, P. chega chorando e diz que pensou sobre o que havia sido dito, e percebeu que era uma maldição mal-dita, pois não era isso que desejava para sua filha: não queria que sua história se repetisse com ela.

Sustentamos a hipótese que, nesse momento, houve uma retificação subjetiva produzida a partir da desvitimização do sujeito. Destrinharemos esse ponto mais adiante. Por enquanto vale lembrar o que Attié (1990) nos aponta a respeito da instalação da transferência, momento no qual o que se repetia em ato pôde surgir através da palavra. Assim, na instauração da palavra e na implicação do sujeito, a queixa se tornou um sintoma analítico que começou a ser elaborado.

No processo de sua elaboração, P. apresenta seus pensamentos singulares: acha que sua beleza gera preconceito tanto por parte dos homens, que só a tomam pelo aspecto sexual, quanto por parte das mulheres que a invejam, por isso busca “enfeiar-se” para não chamar a atenção. Declara ter problemas com a sexualidade e com a feminilidade, pois se sente inferior e suja por ser portadora de uma doença sexualmente transmissível. Sente falta

de ser tocada, mas afirma, ao mesmo tempo, que não quer ser desejada já que está com uma “sentença de morte no pescoço”.

Contudo, P. somente lembrava ter a doença venérea quando estava se relacionando com um homem, pois fazia questão de comunicar isso ao parceiro no exato momento em que o ato sexual estava para se consumir, o que acarretava em seus parceiros sentimentos que ela descreve como raiva, revolta e desconfiança. Tal fato lhe provoca muita angústia, pois não consegue saber o momento de contar. Afirma que não quer mais se envolver e ser rejeitada, por ser “suja e marcada”.

Em um único relacionamento essa questão não foi problemática, pois esse homem a compreendia e reconhecia que sua resistência no relacionamento era decorrente de sua traumática história de vida: ele dizia que ela matava seus relacionamentos para não morrer como a mãe. Nesse ponto, a sessão foi cortada; o efeito produzido na sessão seguinte é um questionamento sobre o momento de contar ao parceiro sobre sua condição de saúde e como se preservar dos ataques e rompimentos violentos que essa revelação ocasionava. Ela se sentia no dever de dizer, mas se atrapalhava com o momento de fazê-lo, “matando seus relacionamentos”. Agindo assim, P. não só matava como também morria, pois o momento que antecedia esse comportamento era de pura angústia e o que se seguia era sempre da ordem de uma devastação.

Como afirmamos anteriormente, sentir-se a “gata borralheira” assinala uma de suas posições na fantasia, na medida em que tenta responder ao desejo do Outro. Ademais, a gramática pulsional além do princípio do prazer sustenta a gangorra da fantasia do “bate-se”, fantasia que se atualiza através desse *acting-out* e desliza para a identificação com a mãe morta e matando seus relacionamentos. Assim, se amar é bater, também repetia em ato essa formulação fantasmática com sua filha.

Em outras palavras, o paradoxo do gozo apresenta-se aí na divisão do sujeito que goza tanto na posição de gata, recusando-se como objeto do desejo dos homens, quanto na posição de borralho, através de sua doença, da maldição e das agressões. Nesta última perspectiva e na fantasia do “bate-se” vem também a posição da mulher difamada e humilhada, que aparece nas

expressões "queimar a raça" e "filha de urubu", posição da qual sua mãe tentou escapar ao procurar um pai para a filha, mas acabou pagando com a própria vida, ou dito de outro modo, posição que ao ultrapassar o contorno da fantasia, resultou numa passagem ao ato violenta e, no caso da mãe, fatal. Assim, P. não se reconhece como objeto, mas paradoxalmente se oferece nessa posição.

Concomitante às questões do relacionamento com o parceiro, surge o embaraço do relacionamento com sua filha. Relata que após promover um encontro entre os irmãos, P. tem um sonho no qual apenas se lembra de que não reconhece a filha. Em seguida, conta de outro encontro entre os irmãos no qual viu refletir na vitrine do *shopping* sua imagem confundida com a imagem da filha. Define tal episódio como "estranho" e o que se produz disso quase imediatamente é um mal-estar no corpo. Conclui que não está preparada para retomar o contato com a filha e associa isso a um sentimento de raiva experimentado por causa da denúncia de sua filha contra ela. Diz que essa denúncia é uma "marca, uma mancha para o resto da vida". Apresenta-se aí o ato denunciado e suas consequências.

Podemos afirmar que o sonho do não reconhecimento evidencia a repetição que até então operava e que se ratifica com a vacilação de sua própria unidade imaginária a partir da experiência do estranho, uma vez que a lógica da fantasia engendrada e reiterada pela maldição se desenlaça a partir da não submissão da filha no momento em que é batida. O que decorreu disso foi que, ao se deparar diretamente com sua posição de objeto através do dito da filha de que não iria mais machucá-la, P. passa ao ato. Associado a isso, P. traz denunciado no ato a mesma estrutura da DST que porta, na medida em que se trata de escansões em sua vida que se outorgam por meio da marca e da mancha, efeitos de seus atos.

Mais adiante, a partir do trabalho do inconsciente modalizado pela associação livre, P. pôde balizar algo de seu sintoma e conseguiu ter relações sexuais com um homem sem a referida encenação que fazia emergir a agressividade em seu ponto limite. Iniciou um curso de dança que a fez perceber que podia ser tocada pelo outro e "voltar inteira, sem que me arranquem nenhum pedaço". Posteriormente, começou um relacionamento

mais sério com outro homem com quem se envolveu bastante e estava conseguindo se preservar das duas formas: sexualmente e subjetivamente, usando preservativo e não expondo de imediato sua doença, respectivamente.

Depois de um breve período de férias da análise, P. retorna muito angustiada, dizendo que acabou aceitando se relacionar sexualmente com o namorado sem preservativo – "não consegui dizer *não*" – e que tampouco conseguiu contar sobre a DST. Para ela o fato de fazer o tratamento regular afastava a hipótese de tê-lo contaminado. Diante disso, surge outra angústia: não consegue sustentar esse relacionamento sem contar sobre sua condição, e também não consegue contar. Diz reiteradas vezes que sua maior angústia não se relaciona com a transmissão, ou não, da doença, mas com não conseguir continuar mentindo e não saber como contar a verdade. Neste momento dirige uma demanda e pergunta como fazer. Foi apontado que algo da ordem da invenção teria que ser criado e qualquer decisão tomada traria consequências pelas quais ela teria que responder. Na sessão seguinte, P. retorna com a decisão de se mudar de cidade, abandonando o namorado e a análise.

Podemos pensar que essa de-cisão trata-se de uma passagem ao ato? Levantamos a hipótese de que P. ainda não podia deslizar minimamente de sua posição de gozo como "gata borralheira", gozo esse enquadrado pela fantasia do bate-se. Diante do mal-estar, da angústia, P. rompe com tudo e sai de cena, da cena onde vacila seu trabalho de significantização e imaginarização (Trobas, 2002).

A partir do ensino de Lacan (1966-67), em especial, no Seminário 14 sobre a fantasia, Attié (1990, p. 159) nos diz que "alguém só passa ao ato no mesmo ponto onde não pensa. Onde ele não é como falado [...]. O que passa ao ato age, faz de si mesmo objeto de uma ação". O gozo iterado no sintoma de P. se reitera nesse "eu sou" da passagem ao ato. Se P. inicia sua análise causada pelo estranhamento de seu gozo a partir de uma passagem ao ato, é também por causa dele e do mesmo modo que se retira da análise ao não mais conseguir se sustentar na lógica fantasmática, caindo na angústia da certeza: "E eu sou o quê? Eu sou um absolutamente nada, um ser de puro sintoma: é o que isso pode querer dizer" (Attié, 1990, p. 164).

Esse caminho que vai da implicação do sujeito em seu sintoma ao *acting-out* e à saída de cena na passagem ao ato, marca que algo da transferência também foi rompido quando o mal-entendido do corpo não mais se abre para a interrogação do sujeito. Sustentar sua angústia por um pouco mais de tempo, talvez permitisse que ela chegasse a compreender que sua vacilação subjetiva entre contar ou mentir recobria sua fantasia de ser amada ou rejeitada, gata ou borralho.

3.2 – O que a clínica do ato nos ensina?

Seguindo a lógica de que o trabalho de uma análise visa subjetivar as questões engendradas pelo inconsciente, ou dito de outro modo, tenta buscar a articulação significativa que move o gozo, veremos a seguir alguns pontos que se relacionam com a dinâmica do ato, bem como os encadeamentos que foram se apresentando ao longo do tratamento de P. e seus efeitos.

3.2.1 – O choque do significante com o corpo

Sabemos que o sujeito só chega à análise no ponto em que sua angústia não mais lhe permite uma acomodação com seu sintoma. Vimos com o caso P. uma ruptura tecida a partir da passagem ao ato violento. Podemos tomar esse evento como uma contingência na vida de P. A questão torna-se um pouco mais peculiar se pensarmos que aquilo que fez essa passagem ao ato se configurar como tal não foi um tanto diferente do que já ocorria anteriormente, a não ser pelo fato de que P. pontua, singularmente, algo que mobiliza seu corpo.

Encontramos em uma formulação de Miller (1998), em seu texto *O osso de uma análise*, algo que formaliza essa perturbação sintomática vista na clínica:

Pode muito bem haver articulação significativa da fantasia na histeria, durante muito tempo, e isso não impede de se viver muito bem, isso não provoca nenhum distúrbio. Em um dado momento, essas fantasias são ativadas, são investidas e começam a perturbar a existência do sujeito. Se Freud fala da revolução, é para dizer que não há uma relação da causalidade evidente, mas precisamente que entra aí uma contingência. Não é como a pequena máquina que gira com seus significantes. Quer dizer que é de uma outra ordem, de um outro nível, de uma outra pertinência que não do caráter invariável da repetição e da convergência (MILLER, 1998, p. 71).

Assim, o bater na filha para educá-la, obedecia à lógica significativa da repetição que se produzia por meio do *acting-out*; contudo, a passagem ao ato instaura a suspensão dessa lógica, uma vez que não é mais possível conectar significativa e gozo. Inferimos que a identificação fálica fabricada através do significativo “gata borralheira” possibilitava a fixação à imagem significantizada em função do acesso ao gozo permitido pelo investimento libidinal. Vemos que essa é a solução disponível ao sujeito:

É a solução pela fantasia. Quer dizer que a fantasia é o lugar, por excelência, onde se juntam o significativo e o gozo. É uma linda solução, porque ele junta o imaginário, o simbólico e o real, porque a fantasia, em si mesma, é uma representação, uma cena da ordem do imaginário, é uma articulação significativa, onde está presente o sujeito do significativo e é, ainda, completada por uma quantidade libidinal marcada pelo pequeno a (MILLER, 1998, p.74).

Todavia, observamos que a fantasia pode vacilar quando o gozo a mais invade o corpo. Assim, Lacan (1972-73) esclarece que o significativo não tem somente o efeito de mortificar o corpo, tal qual a teoria da fantasia supõe, mas, mais ainda, ele abarca o significativo como produtor do gozo e “portanto, o significativo não atrai a libido, mas a produz sob a forma do mais-de-gozar; que o significativo tem, fundamentalmente, uma incidência de gozo sobre o corpo” (MILLER, 1998, p. 81).

Traremos, nesse momento, pontuações sobre a questão do corpo. Isso porque vimos se apresentar, explicitamente no caso P., a incidência de gozo no corpo inscrita pelo significativo. Remetemos-nos, então, ao conceito de *falasser*⁶. Ora, vimos que o sujeito num primeiro momento é o que um significativo

⁶ Essa é uma tradução possível ao neologismo lacaniano *parlêtre*. Lacan inicia tal formulação no *Seminário 20: Mais, ainda* (1972-73) ao incluir a substância gozante na noção de significativo. No entanto, a noção de *falasser* só aparecerá posteriormente, no *Seminário 22*:

representa para outro significante; a partir da operação de alienação/separação, uma falta no campo do sujeito se circunscreve pelo objeto *a* que cai como resto ou como o objeto para sempre perdido, produzindo o sujeito do desejo diante de sua falta-a-ser respondida por meio da lógica da fantasia. Ao incluir a dimensão do corpo em relação ao significante, Lacan (1972-73) aponta o sintoma como aquilo que, mais além da disjunção do saber e gozo inscrito pela fantasia, integra desejo e gozo.

Com isso, se por um lado o significante mortifica o corpo, por outro, ele produz o gozo por meio do mais-de-gozar determinando o regime de gozo no ser falante e tendo, portanto, o gozo do corpo e o gozo da linguagem. Assim, vimos no sintoma de P. a união da articulação significante e o investimento libidinal.

Além disso, Miller (1998) nos aponta que é preciso reconhecer a fantasia freudiana *Uma criança é espancada* (FREUD, 1919b) a partir do gozo produzido pelo significante que bate no corpo. Além da ação física do bater, há que se pensar que tal fantasia é a própria instauração do sujeito nessa lógica, na medida em que se imiscui dialeticamente significante e gozo.

É assim que é preciso ler a fantasia “Uma criança é espancada”. Essa fantasia não é a anulação do gozo, na direção do sujeito barrado ou do ($-\phi$); trata-se da produção de gozo pelo significante, pois o gozo do corpo, no ser falante, supõe que esteja marcado pelo significante. Gozar de um corpo, na espécie do *falasser*, passa sempre por bater no corpo, estragá-lo de alguma forma, ou pelo menos pelo fato de se chocar com ele, e isso pode ir até destruí-lo; o que a fantasia “Uma criança é espancada” revela é o sadismo do significante (MILLER, 1998, p. 101).

Diante disso, recordemos o que Lacan (1969-70) traz em seu *Seminário 17: o avesso da psicanálise* quando aponta que na referida fantasia freudiana não há nomeação daquele que espanca, ou seja, o Outro está indeterminado. Com isso, Lacan sustenta que se trata do fragmento do sujeito ligado ao gozo, pois tal qual estabeleceu que o sujeito recebe do Outro sua própria mensagem de forma invertida, na fantasia o sujeito recebe “seu próprio gozo sob a forma do gozo do Outro” (LACAN, 1969-70, p.62).

R.S.I (1974-75) quando condensa o sujeito do significante com a substância gozante, incluindo no conceito de sujeito, o corpo.

Assim, apontamos no caso P. que o gozo de bater na filha ou de apanhar dos homens é o mesmo quando associado à articulação significativa da gata borralheira. Essa relação ocorre conforme a banda de Moebius uma vez que há aí o gozo do Outro habitado pela fantasia e que supostamente goza do sujeito. Dessa maneira, se o significante sustenta algo do princípio do prazer, o gozo se inclui mais além do princípio do prazer, pois “que ele me bata não é o que conta, o que conta é que eu seja o seu objeto” (MILLER, 1998, p. 118).

Logo, encontramos em P. tanto do lado do *acting-out* quanto da passagem ao ato sua posição de objeto imiscuído tanto na expressão de sua agressividade quanto na sua condição de violentada. A diferença se instaura quando no *acting-out* encontramos aquilo que ela não pode dizer sendo colocado em cena, mas ainda como um apelo que se endereça ao Outro, e portanto, vinculado à lógica significativa, enquanto na passagem ao ato temos a falência da cadeia significativa que se defronta com a perturbação do corpo. Assim, a passagem ao ato nesse caso, não só foi uma resposta para a angústia que se instalou em P., como também fez emergir um estranhamento na lógica que até então operava e ainda que não possamos dizer que a passagem ao ato produz algo verdadeiramente novo, podemos dizer que, se vista como uma repetição, não se trata de uma repetição do mesmo.

Sobre a repetição, Lacan conceitua uma diferença a partir do que nomeou de *autômaton* e *tiquê*. Até o *Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964a, p.57) tratava a questão da repetição referido à repetição da marca significativa, quer dizer, o *autômaton* “que é a rede de significantes”; quando se apropria desses termos de Aristóteles, Lacan (1964a) inclui “o que ele designa como a *tiquê* – que é para nós o encontro com o real”. Citamos:

Primeiro a *tiquê* que tomamos emprestada, eu lhes disse da última vez, do vocabulário de Aristóteles em busca de sua pesquisa da causa. Nós a traduzimos por *encontro do real*. O real está para além do *autômaton*, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. O real é o que vige sempre por trás do *autômaton*, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida (LACAN, 1964a, p.59).

Diante disso, podemos situar o retorno e a insistência significativa no caso P. através da “gata borralheira” que contribui para a fixação da fantasia como motor do *autômaton* e vinculado a isso, a resposta em ato produzida pelo *acting-out*. Uma vez que P. passa ao ato, isso nos diz de um encontro angustiante com o real, ou em outras palavras, se trata de uma repetição na ordem da *tiquê*, do gozo pulsional, mais além do princípio do prazer. Assim, ao se deparar com algo que não consegue caber em palavras, mas que retorna sempre ao mesmo lugar, P. chega à análise em busca de dar um contorno ao que não cessa de não se escrever.

3.2.2 – A implicação do sujeito: a desvitimização

Nesse momento, escolhemos retomar um tempo da análise de P. em que assinalamos uma retificação subjetiva a partir da desvitimização estabelecida. Isso nos interessa no ponto em que a questão da vítima é algo que se apresenta estritamente vinculada à violência e que, de certa maneira, foraclui a dimensão do sujeito. Diante do caso em que encontramos a fantasia resumida em *bate-se*, nos perguntamos se, de fato, poderíamos pensar que haveria aí uma vítima. Além disso, a questão que se coloca diante de um trabalho analítico é: qual é o lugar do sujeito diante da imagem da vítima?

Para esclarecermos essa questão, nos basearemos num texto de Garcia (2004) que traz um resgate da construção dessa posição nomeada de vítima. Ele inicia marcando um tempo chamado “idade de ouro”, no qual se iniciou o tratamento concedido à questão da vítima. Nessa época, a vítima participava ativa e diretamente na busca pela justiça, tendo a iniciativa de buscar “compensação, indenização, vingança ou justiça com as próprias mãos”⁷ (GARCIA, 2004, p.2). Com a instauração do Estado de Direito, o uso da força se restringiu à prerrogativa das autoridades para fins de controles institucionais,

⁷ As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas.

cerceando a vítima quanto ao seu direito. Anterior a isso, Garcia expõe a terminologia e o emprego da palavra “vítima”:

A palavra vítima vem no latim “victima”, animal oferecido em sacrifício aos deuses ou aquele que é sacrificado no sentido próprio ou figurado. Empregado com o sentido de sacrifício [o termo] é encontrado na teologia desde o século XVII ao falarmos de Cristo. Por extensão, o termo foi usado no caso de sofrimento causado a uma pessoa por uma gente, um acontecimento nefasto ou ainda em virtude de seus próprios atos (vítima de si mesmo). A partir do século XVII se emprega para falar de uma pessoa morta ou ferida por força de uma catástrofe, acidente ou violência. O último sentido é dominante em nossos dias, mas o antigo valor se mantém quando uma decisão humana voluntária é suposta (GARCIA, 2004, p. 2).

Desse modo, temos uma transformação não só no que se nomeia como vítima, mas também no modo em que é possível expressar tal determinação em ato. Ele aponta ainda que a consequência da institucionalização da vingança é o surgimento de um novo discurso: o discurso da vítima. Com isso, temos a mudança do vocabulário que autoriza a vítima a se pronunciar em tribunais que atestam suas garantias semântico-políticas através de seu discurso. Diante disso, outra questão emerge: “[...] que língua empregar quando o Tribunal pretende dirigir-se à vítima, avaliar seu sofrimento, atender suas queixas? Esse também é outro problema com seus aspectos discursivos” (GARCIA, 2004, p.3).

Assim, vemos nesse apontamento que a partir da democracia criou-se a denúncia como o único ato possível, na qual o estatuto da vítima preconiza um discurso supostamente plausível. Tal qual a nomeação da violência se estabelece de acordo com o discurso da época, a instauração do termo “vítima” também o faz, uma vez que, segundo Lacan (1969-70), o discurso constitui um modo de tratamento do real através do simbólico. Portanto, com a psicanálise, sabemos que a nomeação de vítima é um dos nomes socialmente etiquetados para o que resta da violência. No que tange aos restos, Garcia levanta outras questões problemáticas que se apresentam diante de pronúncia da vítima como tal:

Sussurros, murmúrios, gemidos, quem está disposto a ouvir? Como ouvi-los? E o silêncio da vítima, conseguimos ouvi-lo? E o silêncio que a vítima se impõe, vocês sabem ouvi-lo? Ou vamos obrigá-las a

fazer a denúncia? [...] E os testemunhos trazidos pelos outros companheiros das vítimas? (GARCIA, 2004, p. 4).

Isso nos obriga a pensar o que pode estar em jogo além do fator discursivo traçado pela posição de vítima. No que se refere ao caso P., vimos amalgamados um silêncio diante de uma violência, uma denúncia sobre a violência e um ato de violência perpetrado. Podemos afirmar que é exatamente esse embaralhado, essa desordem, esse sem sentido que compete à singularidade humana e, portanto, à condição humana de sujeito que inclui, necessariamente, sua posição de objeto, pois somos originariamente vítima do Outro.

Destarte, a condição de vítima pode elidir a subjetividade na dimensão que comporta o desejo e o gozo. Se falarmos em vítima, podemos apenas dizer que P. foi vítima de sua própria pulsão, já que “não há sujeito da pulsão” (BRODSKY, 2004, p.87). Por estar tanto além quanto aquém da narrativa, o imperativo da transparência engendrado pela denúncia através do discurso da vítima falha quando um sujeito se depara com a fantasia de *bate-se*, já que aí encontramos literalmente denunciadas tanto a figura da vítima quanto a do algoz. No que concerne à psicanálise, Bassols nos dá a seguinte orientação:

Quando alguém vai ao psicanalista, pede para ser reconhecido em sua singularidade, como um sujeito que sofre de uma experiência traumática. É, em primeiro lugar, uma demanda de ser reconhecido como tal e muitas vezes reconhecido como vítima objeto dessa experiência. É nesse ponto que o psicanalista opera uma inflexão no sentido que o discurso social e jurídico tem dado à vitimização generalizada para sublinhar algo que, de fato, esse mesmo discurso tem introduzido de diversas maneiras sem localizá-lo em sua verdadeira dimensão: a responsabilidade do sujeito frente a sua posição de objeto (BASSOLS, 2014, p.2)⁸.

Logo, não se trata de nos fixarmos na posição de vítima ou não, na questão da denúncia ou não; nesse ponto não podemos nem isentar e nem validar, já que o que tratamos parte do instante em que há a marca de um acontecimento singular de gozo para além de sua representação. Na perspectiva analítica, tal como vimos acontecer no caso P., trata-se de

⁸ As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas.

desvitimizar o indivíduo para que possa advir o sujeito com suas vacilações e sua responsabilidade. “Desvitimizar a vítima é, assim, a primeira forma de devolver ao sujeito da experiência traumática a dignidade de ser falante que poderia continuar perdida no jogo social das identificações” (BASSOLS, 2014, p.2).

Dessa forma, encontramos no caso P. nos momentos que antecedem a desvimitização, não só os danos sofridos, mas também o gozo de ser vítima e, portanto, a prevalência da fantasia no que ela recolhe de gozo ao ser objeto de gozo do Outro; afinal, foi Freud (1892-99) mesmo que se superou ao desvendar nas histéricas o encontro com seu próprio gozo no abuso sofrido nas mãos do outro.

A partir disso, podemos percorrer o caminho que provoca a responsabilização do sujeito, algo que Bassols pontua como o destino do sujeito: “é sua verdadeira dimensão de objeto, quando este se revela na fantasia que seu aparente destino não era senão o encontro contingente com um real do qual sempre deverá saber fazer-se responsável” (BASSOLS, 2014, p. 3). Com isso, não podemos negligenciar a própria participação do sujeito, por ação ou omissão, naquilo que o acomete.

3.2.3 – A lógica do ato

Traremos agora o que localizamos como o último percurso da análise de P. que, a partir do trabalho subjetivo, tinha podido se recolocar e dar lugar a outra saída possível que não o *acting-out* como recurso para lidar com a angústia que a afetava. Entretanto, em determinado momento, uma contingência fez com que P. rompesse precocemente com seu tratamento, saindo de cena e nos remetendo a outra passagem ao ato. Em função disso, retomaremos alguns apontamentos sobre a lógica do ato.

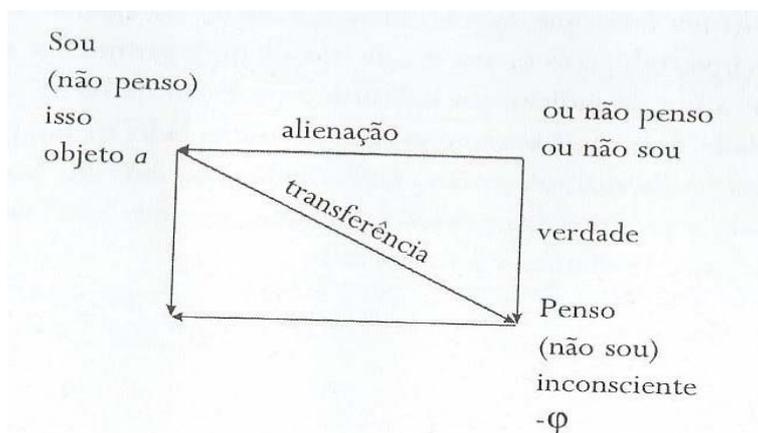
Lacan (1967-68) fundamenta em seu *Seminário 15: o ato analítico*, outra dimensão para a pulsão e o ato a fim de situar, mais além da clínica da neurose, psicose ou perversão, fenômenos clínicos vinculados ao ato.

Demonstra, portanto que a clínica do ato é transestrutural. Assim, resgatando o que foi trabalhado no capítulo anterior acerca da escolha forçada entre o ser e o sentido, ou ainda, entre a alienação e a verdade, realizada através da constituição do sujeito na operação de alienação/separação, encontramos a subversão que Lacan opera da lógica cartesiana. Brodsky nos elucida quanto a essa subversão:

Em “O Seminário, livro 15”, Lacan não está mais pensando na lógica da constituição do sujeito, e sim na lógica do dispositivo analítico. Pensa em alguém que já passou por essa escolha forçada, que pode haver alguém que não quer saber nada de sua constituição como sujeito e que então faz uma escolha alienante em direção ao eu. Mas Lacan também diz que alguém pode querer saber algo de sua condição de sujeito e fazer uma opção, via transferência, dirigida ao inconsciente. São dois momentos lógicos que não respondem à mesma conjuntura: um é a produção de um sujeito; o outro, a escolha que esse sujeito fez a favor ou contra o inconsciente (BRODSKY, 2004, p. 76).

Com essas considerações, sigamos. Através de alguns quadrângulos, Lacan (1967-68) demonstra nesse seminário onde se situam alguns termos e vetores analíticos. Ele diz que, ainda que a opção do “sou e não penso” seja referida à alienação vinculada ao narcisismo, está presente nela também a opacidade da pulsão configurada por meio do “sou e não penso” do ato. Veremos mais a frente como isso se articula de maneiras diferentes no *acting-out* e na passagem ao ato. Nesse momento nos deteremos no grafo formulado por Lacan (1967-68) e que está encadeado com o formulado no *Seminário 14: a lógica da fantasia* (LACAN, 1966-67).

Sublinhamos que por serem dois seminários que ainda não foram estabelecidos e publicados oficialmente, encontramos apoio para esse trajeto em Brodsky (2004), com o seu livro *Short Story: os princípios do ato analítico* que explora minuciosamente tal momento do ensino lacaniano e que nos ajuda a pensar em nosso caso clínico. Vejamos:



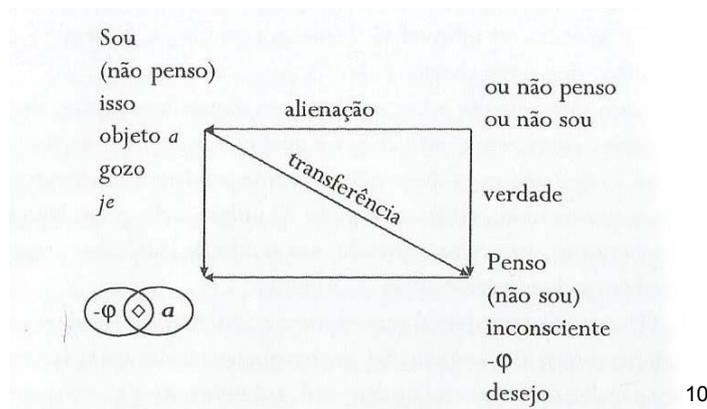
O grafo acima apresenta três vetores: alienação, verdade e transferência, e alguns termos que podem se deslizar em outros seguindo a mesma lógica. Portanto, temos de um lado o “sou e não penso” articulado com o isso da pulsão, o objeto *a* e, portanto, o analista; no outro vértice da diagonal encontramos o “penso e não sou” como o lugar do inconsciente e do $-\varphi$ e, conseqüentemente, lugar do analisante. Brodsky nos deslinda o entrelaçamento desses vetores e termos e o que podemos chamar de “passo a mais” que Lacan propõe:

Lembremos também que a operação verdade produz a falta-a-ser, o que em psicanálise chamamos castração, e que a operação alienação produz o objeto *a*. São os resíduos decorrentes dessas operações: de um lado, $-\varphi$, castração, falta-a-ser, e, do outro o objeto *a*. Para Lacan, o quarto vértice deve indicar uma nova conjunção [...]. Isso fez com que apresentasse a solução do quarto vetor de modo invertido, isto é, em vez de pôr o $-\varphi$ no lugar que lhe caberia, põe *a*, a fim de indicar que o limite ou solução de $-\varphi$ se encontra pelo lado de *a*, senão teríamos do outro lado apenas a análise infinita. A falta-a-ser, então, é resolvida pelo lado do “sou”. Por sua vez, o produto da operação alienação, que é o “sou” via objeto *a*, encontra seu limite e é demarcado por $-\varphi$. Por isso $-\varphi$ e *a* aparecem invertidos em seus lugares, pois uma coisa é o produto e outra é o modo como Lacan escreve a solução (BRODSKY, 2004, p. 97).

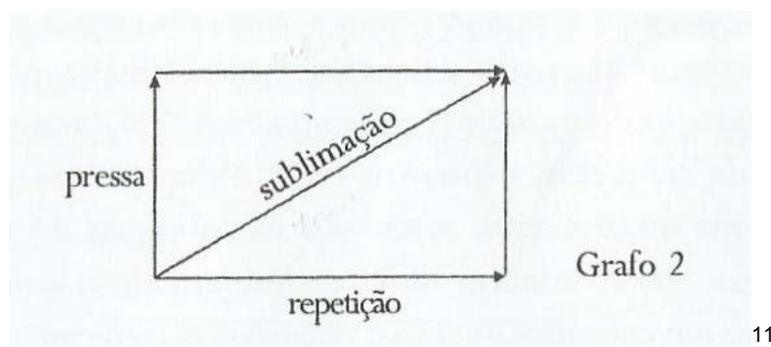
Além disso, entre os termos, podemos incluir e situar também o desejo e gozo. Segundo Brodsky (2004), o desejo se situa ao lado do inconsciente devido à sua possibilidade de dialetização e sua articulação com a falta,

⁹ BRODSKY, 2004, p. 95.

enquanto o gozo se localiza do lado do isso, em que não há indeterminação subjetiva da falta-a-ser, mas sim a indubitabilidade do “sou”. Assim, diante da tensão exercida por todos esses termos organizados nas diagonais, “devemos recordar que Lacan chama o quarto lugar, contrariamente ao que se poderia esperar (solução, fim do percurso ou saída), *impasse* do sujeito, seu beco sem saída, seu ponto de obstáculo” (BRODSKY, 2004, p. 99). Aí se situa, então, a fantasia. Com isso, encontramos o grafo assim:



A estrutura da fórmula da fantasia $\$ \diamond a$ corresponde ao que se inscreve no quarto termo da diagonal, já que se pode equivaler $-\phi$ e $\$$. Para Brodsky (2004), tal construção da fantasia é o ponto de partida para o segundo grafo exposto por Lacan. Na concepção do segundo grafo, Lacan (1967-68) não nomeia os mesmos vetores, mas podemos entender que eles se equiparam, sendo eles: repetição, sublimação e pressa, correspondentes à alienação, transferência e verdade, respectivamente.



¹⁰ BRODSKY, 2004, p. 100.

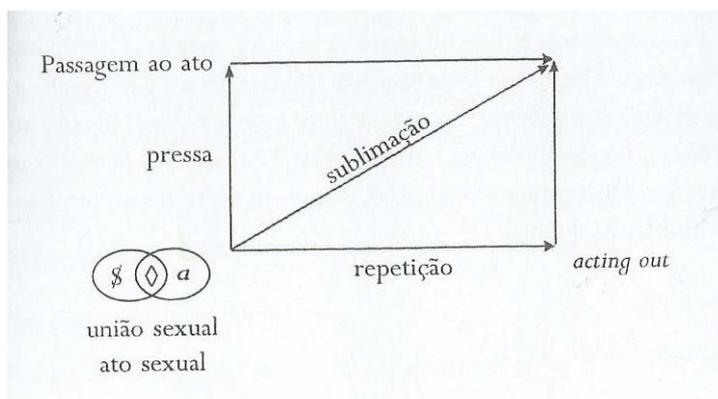
Assim, da mesma forma, situam-se os lugares dos termos. Nesse ponto, vale abriremos um parêntese. Brodsky (2004) nos recorda que para elaborar tais quadrângulos, Lacan (1967-68) se baseou na lógica topológica do grupo de Klein, grupo no qual saindo de qualquer uma das pontas, faz-se um trajeto e retorna novamente ao ponto de partida. Contudo, Lacan faz oposição a isso ao admitir que no dispositivo analítico não é possível reconduzir ao ponto de partida, mas os grafos permitem um efeito de simetria entre si. Parêntese fechado, retomemos os termos.

Diante disso, temos situado o que deveria se escrever como o ato ou a relação sexual, mas uma vez que não há um ato que nos dê a certeza sobre a sexualidade, formula-se a fantasia, portanto, elas se encontram equiparadas no quadrângulo. A partir daí, Lacan (1967-68) situa as modalidades do ato, na qual o sujeito não se amarra mais na transferência, como visto no esquema anterior.

Situa variantes do ato considerando o que poderíamos chamar um enfraquecimento da transferência, de uma transferência que não funciona como no grafo anterior, e que já não conduz ao “penso e não sou” do inconsciente, à associação livre, à falta-a-ser, à castração. Não é isso que Lacan situa no segundo grafo. É como se dissesse: a construção da fantasia, o *impasse* que ela significa, abre as portas para a dimensão do ato, e nem sempre da melhor maneira. E isso em decorrência de um ato impossível que seria o ato sexual (BRODSKY, 2004, p. 104).

Percorremos o trajeto que Lacan nos indicou para aceder à lógica do ato coexistente às circunstâncias da transferência. Isso nos captura por termos encontrado no caso P. tanto um *acting-out* quanto uma passagem ao ato, produzidos ou interrompidos durante o tratamento. Esses momentos do caso serão contemplados no último item, por ora vejamos como fica o esquema que Lacan (1967-68) propõe:

¹¹ BRODSKY, 2004, p. 103.



12

Encontramos, então, *acting-out* e passagem ao ato situados nas diagonais tensionadas do grafo. Se sobrepusermos os grafos, podemos dizer que o *acting-out* e o inconsciente estão do mesmo lado, bem como a passagem ao ato se localiza do lado do isso e do objeto *a*. Além disso, em homologia aos dois grafos, Lacan (1967-68) situa o *acting-out* ao lado do “penso e não sou” e a passagem ao ato ao lado do “sou e não penso”.

Para explorar tais articulações, necessitamos fazer uma pausa para estudarmos como a questão do tempo se associa com as formulações acima.

3.2.4 – O tempo lógico no ato

Podemos verificar nas modalidades de ato a lógica temporal proposta por Lacan (1945), uma vez que o ato se vincula a uma decisão subjetiva proveniente dos três tempos lógicos. Freud constatou o inconsciente como atemporal, ou seja, o sujeito se constitui num tempo não cronológico e descontínuo, sendo possível, a partir do que se desenvolve na cadeia significativa, vivenciar o passado mesmo estando no presente.

Com isso, Lacan (1945) afirma que na composição do tempo há uma lógica própria do sujeito. Para isso se vale de um sofisma: estando três detentos num presídio, o diretor decide libertar apenas um, contudo, terão que

¹² BRODSKY, 2004, p. 105.

passar por uma prova. Há cinco discos, sendo três brancos e dois pretos; será colocado um disco nas costas de cada detento, porém com a regra de que não poderão se comunicar entre si, sendo apenas permitido ver o disco que está atrás dos outros presos. O desafio é descobrir qual é a cor do disco que está pregado em suas costas. O primeiro que se arriscar a concluir deverá sair à porta e fundamentar logicamente sua conclusão, sendo julgado correto, será libertado.

Estabelecido o problema, depois de certo tempo, os três propõem simultaneamente a solução:

Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão (LACAN, 1945, p.198).

Não iremos adentrar nos pormenores da solução do sofisma, mas é daí que Lacan retira sua formulação do tempo lógico. De saída, podemos notar que é o tempo de parada que determina a conclusão do sujeito. Há, com isso, a modulação do tempo e a função de cada modo, quais sejam: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir. Assim, Lacan determina que:

Mostrar que a instância do tempo se apresenta de um *modo* diferente em cada um desses momentos é preservar-lhes a hierarquia, revelando neles uma descontinuidade tonal, essencial para seu valor. Mas, captar na *modulação* do tempo a própria função pela qual cada um desses momentos, na passagem para o seguinte, é reabsorvido, subsistindo apenas o último que os absorve, é restabelecer a sucessão real deles e compreender verdadeiramente sua gênese no movimento lógico (LACAN, 1945, p. 204).

Diante disso, no instante de ver há o tempo igual a zero, em que temos apenas o momento de lampejo e uma base de evidências, mas que ainda se configura como impessoal, e portanto não há raciocínio ou subjetivação, apenas a averiguação daquilo que aí está.

No tempo para compreender há o que Lacan (1945) denomina de tempo de meditação, em que se apresenta uma lógica hipotética que no sofisma se aplica em relação aos outros, colocando-se no lugar deles para formular suas constatações. Esse tempo, todavia, é incalculável:

Mas, desse tempo assim objetivado em seu sentido, como medir o limite? O tempo de compreender pode reduzir-se ao instante de olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender. Assim, a objetividade desse tempo vacila com seu limite (LACAN, 1945, p. 205).

Essa modulação indefinida do tempo abre a via para o momento de concluir, que abarca imprescindivelmente a função da pressa, já que é preciso urgência para concluir. Para que isso ocorra, há que se estabelecer uma certeza antecipada e a asserção sobre si, resultando num ato que só se verifica em si mesmo.

[...] é na urgência do movimento lógico que o sujeito *precipita* simultaneamente seu juízo e sua saída, no sentido etimológico do verbo, “de cabeça”, dando a modulação em que a tensão do tempo inverte-se na tendência ao ato que evidencia aos outros que o sujeito concluiu (LACAN, 1945, p.206).

Chegamos, assim, ao que Lacan nos apresenta sobre o tempo no ato. Não obstante, o ato também se modula e com isso nem sempre os três tempos se configuram numa linearidade. Assim, se o ato acompanha o desdobramento dos três tempos, a passagem ao ato produz um curto-circuito nele. Trobas (2002, p.34) nos relembra que a emergência da angústia assinalada anteriormente à passagem ao ato, elide o tempo para compreender, pois “é no instante de ver, por exemplo, a simples percepção do afeto de angústia, o que basta aqui para produzir uma certeza, abrindo a decisão do ato”.

Abrindo essa investigação, verificamos que a passagem direta do instante de ver para o momento de concluir, pressupõe a suspensão da pausa em que se calcula subjetivamente no tempo para compreender as consequências de seus atos. Ainda que eles encontrem um limite de cálculo, na passagem ao ato que se estabelece nesse movimento direto, encontramos o atravessamento de um hiato e a superação da hiância do simbólico

(TROBAS, 2002) através do momento em que o sujeito retira da angústia sua certeza (LACAN, 1962-63).

Portanto, se sobrepormos os dois grafos trabalhados por Lacan (1967-68), a pressa se opõe à verdade e resulta na passagem ao ato. Nas palavras de Lacan (1945, p. 211) “a verdade se manifesta nessa forma como antecipando-se ao erro e avançando sozinha no ato que gera sua certeza”, isso porque a verdade que escapa só pode passar ao ato (LACAN, 1945).

Por outro lado, segundo Trobas (2002) o *acting-out* supõe um rechaço do que ocorreu no momento de concluir, uma vez que o sujeito repete em cena algo que deveria ser elaborado no tempo para compreender e não foi.

Na realidade, a mostraçãõ do *acting-out* assinala que o sujeito volte ao instante de ver, ou seja, a um tempo de exposiçãõ que precede a compressãõ que convoca. Dito de outra maneira, mais trivial, o *acting-out* significa que há que retornar ao problema desde seu iníciõ e aponta também que houve um erro no modo de querer resolver esse problema (TROBAS, 2002, p. 59-60).

Dessa maneira, podemos inferir que a repetiçãõ se opõe à alienaçãõ nos grafos lacanianos, à medida que resta como último recurso do lado simbólico, a repetiçãõ em cena da fantasia, resultando no *acting-out* dirigido ao Outro a fim de que se reestabeleça a possibilidade de preservar o sujeito. Portanto, a insistência contida na cena nos remete ao instante de ver como o que prevalece na temporalidade do *acting-out*.

Para finalizar essa parte, gostaríamos de sublinhar que há um limite teórico para sustentar as articulações realizadas acima. Por se configurarem como ato, e dessa forma, apontam uma cisão a partir dos efeitos que produz, tanto o *acting-out* quanto a passagem ao ato, só podem ser trabalhados e formalizados no contexto singular de cada caso.

Por conseguinte, assim como encontramos limites teóricos no estudo da violência, não é possível determinarmos condutas universais que se encaixariam na condição de ato e suas modalidades. Portanto, nosso exercício nessa pesquisa se direciona menos à fenomenologia do ato e mais à sua estrutura e podemos dizer o mesmo em relação ao que encontramos acerca da violência. Com isso, veremos no último item como podemos apreender o que foi estudado até aqui com o que o caso clínico em voga nos apresenta.

3.3 – O ato e a violência no percurso analítico do caso P.

Nesse último ponto de nossa pesquisa, escolhemos privilegiar dois momentos que se passam durante a análise de P. Neles encontramos tanto um *acting-out* que pôde ser trabalhado e que resultou numa nova posição do sujeito, como uma passagem ao ato que rompe repentinamente com o tratamento. Com isso, queremos minimamente incluir a função da análise e os efeitos que pode produzir no sujeito. Por fim, pensaremos como isso pode repercutir no que estudamos sobre a agressividade e a violência.

Como mencionado anteriormente, localizamos no caso P. um momento de sua análise em que havia a ocorrência do que estamos tratando ser um *acting-out*: sua insistência em contar aos homens ser portadora de uma doença sexualmente transmissível no exato instante em que o sexo se realizaria. Isso atualizava sua fantasia de ser a “gata borralheira”, tendo em vista a eminência de gozo, suscitado pela violência com que os parceiros reagem, na sua tentativa de recusar ser o objeto de desejo dos homens – gata – ao mesmo tempo em que justamente a colocava na posição de mulher humilhada, objeto-dejeto – borralheira.

Buscamos esse fragmento clínico, pois podemos pensar que houve em um momento anterior ao período de análise, um parceiro de P. que fez uma interpretação selvagem do mesmo. Lembremos que seu namorado da época lhe disse que ela matava seus relacionamentos para não morrer como sua mãe.

Sabemos que o *acting-out* encontra suporte no inconsciente na medida em que expõe uma verdade que poderia ser interpretada e não foi ou que foi interpretada inadequadamente, mas que, de qualquer maneira, se sustenta no “penso e não sou”. Portanto, vimos exatamente que se trata de um “fenômeno cem por cento significativo, situado em relação à transferência “selvagem”, ou seja, a transferência sem análise” (BRODSKY, 2004, p. 74). Da mesma forma, Lacan (1966-67) assinala que o *acting-out* se liga à repetição por tentar fazer

chegar o seu recado ao Outro com outra linguagem, uma vez que sua mensagem não foi recebida.

Assim, Lacan (1966-67) afirma que o *acting-out* se relaciona com o analista à medida que supõe algo que não foi interpretado sob transferência ou não foi escutado pelo analista e por isso teve que ser encenado. Ao ter exposto tal situação em análise, através do corte analítico na categoria de interpretação, essa repetição em ato pôde cessar e se articular de outra maneira na dialética inconsciente do sujeito.

Pois bem, após isso, vimos decorrer na análise de P. uma passagem ao ato no interior do tratamento. Entendemos o rompimento com o tratamento como uma passagem ao ato, uma vez que P. literalmente se evade da cena e nesse caso da cena analítica que possibilitava ao sujeito o trabalho inconsciente. Não foi suportável para P. o apontamento de ter que, mais uma vez, se responsabilizar por sua condição e por suas decisões anteriores.

Eis então que a passagem ao ato se configura como o rechaço do inconsciente, localizado pelo “sou e não penso” radical (LACAN, 1967-68). Desse modo, a passagem ao ato situa-se “no vértice do falso ser, como resposta de um *je* de domínio que não quer dizer. [...] a passagem ao ato só diz o que quer silenciar; a passagem ao ato não supõe a operação verdade [...]” (BRODSKY, 2004, p.127).

Remetendo-nos aos grafos supracitados, vimos nessa passagem ao ato que o vetor da transferência não pôde operar no trajeto que vai da alienação à verdade. Quando apontamos que sustentar a angústia de P. no ponto em que ela antecede a passagem ao ato poderia ter sido uma possibilidade de continuar o trabalho inconsciente, estamos afirmando que o manejo da transferência seria o meio pelo qual P. poderia se abrir novamente ao “penso e não sou” no vetor da verdade, uma vez que a demanda de “como fazer” feita pela paciente autentica a transferência instaurada pelo suposto saber do lado do analista.

Assim, se verificarmos que transferência e sublimação se justapõem nos grafos, na tentativa de não responder à demanda de P., foi apontado que algo da ordem da invenção teria que ser criado e isso não pode se sustentar, pois onde há transferência, não há sublimação e “enquanto existe sujeito suposto

saber, não há lugar para a criação” (BRODSKY, 2004, p. 110). Unido a isso, a intervenção de que qualquer que fosse sua decisão traria consequências pelas quais teria que responder, obtura também a possibilidade de vacilação do ser, uma vez que aponta para a cisão do sujeito que se silencia e resta na permanência abjeta do objeto “sou, isso”.

Dessa maneira, pontuamos a recusa de querer saber contida nesse momento final da análise de P.. Tal qual vimos anteriormente, houve aí uma elisão do tempo para compreender no momento em que o sujeito passa ao ato diante da dificuldade e até da impossibilidade do que deve ser elaborado e quiçá pensado (TROBAS, 2002).

Diante de todo o exposto, nos questionamos o que o caso P. pode nos ensinar acerca da agressividade e violência. Certamente o caso foi escolhido por localizarmos nele alguma articulação entre todas essas questões. De saída, podemos inferir que os efeitos do ato estão mais além de sua causa e não podemos deixar de notar que isso também se constata nos casos de violência.

Além disso, o caso P. nos ensina que agressividade e violência estão emaranhadas na vida de um indivíduo, sendo possível às vezes e somente às vezes, localizar uma tênue diferença entre as duas, pois mediante a escuta do sujeito em análise, sua constituição como tal e a construção de sua história, é que temos os indicativos singulares do que se encontra além dos limites simbólicos.

Assim, vimos que ainda que parte da agressividade possa ser subjetivada evitando que se chegue ao ato violento, a análise nem sempre redime o sujeito da violência, ou dito de outra maneira, o encontro com o real pode dar-se inclusive dentro da análise, tal como vimos o rompimento de P. com a analista, pois “diante da irrupção brutal e traumática do real se interrompe a continuidade da palavra. O *fallasser* é mergulhado no silêncio, a enunciação subjetiva fica em suspenso e a verdade fica sem valor por se romper, se desalojar do discurso” (COCOOZ, 2015, p.1) ¹³. Ora, não seria essa também uma possível definição para a violência?

¹³ As traduções das citações deste texto, originalmente publicado em espanhol, são nossas.

Dessa maneira, o estudo do caso P. nos ensinou que a análise pode ser uma via para capturar algo do real de cada um, mas que mesmo durante o processo analítico podemos encontrar a dimensão da violência quando ela prevalece sobre a agressividade que pode se articular na linguagem. A passagem ao ato como seu paradigma impôs o limite do sujeito diante de sua causa que não retornou para recolher os efeitos desse ato.

Todas as formulações aqui expostas, desde o tratamento da agressividade e da violência até a estrutura do ato e suas declinações, destacam a opacidade e o limite do saber, tanto do lado do analista quanto do analisante, cada um à sua maneira. Acreditamos que tomando a antiga indicação freudiana de que cada caso deve ser o primeiro, e, portanto, o único a seu modo, abrimos vias para novas possibilidades frente ao que não se sabe e apostamos num caminho ético frente à violência que cada um está submetido e que, por vezes, comete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos aqui no encerramento de nossa dissertação de mestrado advertidos, contudo, que certamente não alcançamos o esgotamento de nossa pesquisa sobre o referido tema. Pudemos apreender, com isso, que o campo da violência pode se anunciar sob diversos aspectos e perspectivas, mas por se tratar da árdua tarefa de transmitir o que está além das palavras, inevitavelmente, concluímos de maneira remanescente.

No percurso de nossa pesquisa, pudemos acompanhar algumas formulações psicanalíticas fundamentais para situar nossas questões e nos deparamos, assim, com a função da agressividade e da violência na constituição do sujeito e os efeitos vigentes das mesmas, quando nos confrontamos com a irrupção da pulsão de morte. Assim, ao tomarmos essas irrupções como algo estritamente vinculada ao real, falar de agressividade e violência não se torna tão simples ao considerarmos que o tratamento simbólico dado ao real, tal como vimos, não se passa, fundamentalmente, apenas pelas palavras.

Poderíamos nos perguntar, com isso, se a violência seria uma expressão da agressividade que saltou das bordas pulsionais ou se a agressividade seria uma forma circunscrita de tal violência. Avaliamos, contudo, que essa é uma pergunta retórica, uma vez que partimos do pressuposto de que só podemos articular tais questões na singularidade de cada caso. Isso se fez ainda mais patente ao esbarrarmos com o caso clínico P. que nos colocou diante de construções psicanalíticas paradigmáticas, mas que, ao mesmo tempo, nos desafiou na composição única de sua análise.

Diante das pontuações teórico-clínicas que depreendemos nessa pesquisa, ainda é preciso pensar quais recursos tem o analista para lidar com essas manifestações da pulsão de morte que, podemos considerar, se apresentam de maneira cada vez mais complexas e sofisticadas nos dias atuais. E se a regra fundamental da psicanálise é a associação livre, o que fazer diante do impossível de dizer?

O que a clínica do ato pôde nos ensinar, especialmente no que aprendemos com o caso P., é que a própria narrativa da violação já pode indicar um tratamento dado pelo sujeito para lidar com a ruptura com o pacto simbólico que a violência produz. Encontramos, na atualidade, diferentes dispositivos que possibilitam tal saída, mas algo se complica quando em tempos de um empuxo à denúncia, se podemos assim dizê-lo, seguimos com Lacan (1960, p. 92) apontando que “no nível do inconsciente o sujeito mente. E essa mentira é sua maneira de dizer a verdade acerca disso”. Poder questionar-se sobre sua verdade mentirosa é um convite da psicanálise para o sujeito que deseja se abrir ao enigma.

Em contrapartida, não somos partidários, assim, de que a psicanálise seja o único caminho possível para lidar proficuamente com a questão da violência, mas notamos que em outras instâncias de tratamento, o gozo que a violência produz ou reproduz, resta foracluído. Apontamos, com isso, para uma lógica inventada a cada sujeito, que possa incluir a estrutura do “não só, como também”; algo que se declina, mas que pode se relacionar com “não só denuncie, mas também procure um analista”, a fim de que possa se imiscuir a implicação das consequências que, tal como vimos, todo ato fabrica, seja o ato de denunciar ou o ato violento.

Logo, se pudemos notar que a violência já está contida na fala uma vez que há violência porque há linguagem como uma fonte inesgotável de desentendimentos, não podemos nos isentar de que é no interior dessa estrutura que nosso trabalho analítico se aplica. Portanto,

Imperativamente temos que contar com uma subjetivação sempre possível. A ética deve avaliar o que um sujeito pode e o que desse poder ele é capaz de querer. Faz-se necessário não ceder, em nome da impotência da vontade, sobre a possibilidade do impossível (GARCIA, 2004, p.7-8).

Convocar o sujeito a falar de suas ficções a partir da verdade legislada pela lógica da fantasia inconsciente, possibilita alçar sua posição de sujeito amortecida e restituir sua responsabilidade, pois como Lacan (1966, p. 873) bem afirma, “por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis”. Assim, fora dos meandros imaginários da transparência absoluta que, em

parceria com a tecnologia e o mercado, forjam ideais imperiosos em nome um saber científico leviano, a psicanálise inclui o impossível de dizer daquilo que não cessa de não se escrever.

Concluimos, pois, que nossos estudos não se encerram nessa pesquisa que tanto nos ensinou quanto nos encaminhou para novas questões. Ao nos aproximarmos do tema, pudemos notar que esse percurso se configura apenas como o início do caminho a ser atravessado, visto que ainda há pontos a desdobrar em pesquisas futuras, tais como: o que cabe ao analista frente a essa posição-limite que o sujeito vivencia com a violência? Se, tal como vimos no caso P., ainda encontramos mais mulheres padecendo da violência e condescendendo ao gozo violento, poderíamos articular o feminino à violência? Em linhas finais, assim, encerramos em abertura, diante desses questionamentos fundamentais que reiteram nosso desejo de saber.

REFERÊNCIAS

ATTIÉ, J. (1990) Sublimação – sintoma? In: **Os destinos da pulsão: sintoma e sublimação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997. (EBP 1297 / E74d).

BARROS, L. M. Para além dos atos falhos. In: BERNARDES, Angela C. (org.) **10 x Freud**. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

BASSOLS, M. (2014) Victomología. In: **Pipol news**. Disponível em: <<http://www.pipolnews.eu/es/los-paradigmas-de-la-victima-es/victimologia-2/>>. Acesso em: 04/02/2016.

BENJAMIN, W. (1921) Para uma crítica da violência. In: **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011.

BRODSKY, G. **Short story: os princípios do ato analítico**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

CALDAS, H. Bate-se numa mulher... quando os semblantes vacilam. In: MACHADO, O. M. R.; DEREZENSKY, E. (orgs.). **A violência: sintoma social da época**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

CLASTRES, P. (1980) Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COCOOZ, V. Paradigma 5: La víctima, entre lo real y los discursos. In: **Pipol news**. Disponível em: <<http://www.pipolnews.eu/los-paradigmas-de-la-victima/paradigma-5-la-victima-entre-lo-real-y-los-discursos-vilma-coccoz/>>. Acesso em: 18/02/2016.

FREUD, S. (1892-99) Extratos dos documentos dirigidos à Fliess. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1901) Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1911-13) Sobre a psicanálise. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912-13) Totem e Tabu. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1914a) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1914b) Recordar, repetir e elaborar. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1918) História de uma neurose infantil. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1919a) O estranho. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1919b) Uma criança é espancada. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1920) Além do princípio do prazer. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1926) Inibição, sintoma e angústia. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1929-30) O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1932-33) Por que a guerra? In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. v.XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUKS, B. B. (2007) Questões da contemporaneidade e a transmissão da psicanálise. In: **Psychê**, XI(20) 141-150. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30716918010>>. Acesso em: 05/02/2015.

GARCIA, C. (2004) La víctima, su vez, su voz. In: **Virtualia**, año III, nº 11 y 12. Disponível em: <<http://virtualia.eol.org.ar/012/default.asp?notas/garcia-01.html>>. Acesso em: 18/02/2016.

GARCIA, C.D. La violencia: Qué locura!. In: MACHADO, O. M. R.; DEREZENSKY, E. (orgs.). **A violência: sintoma social da época**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

GARCIA-ROZA, L. A. (1990) **O mal radical em Freud**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ELIA, L. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, S. e ELIA, L. (orgs.). **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

JORGE, M.A.C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**, vol. 2: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

LACADÉE, P. Violência: marcas nos corpos e nas cidades. In: **Curinga**, v. 1, n.0 (out. 1993). Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 39, junho de 2015.

LACAN, J. (1945) O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1948) A agressividade em psicanálise. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1954) Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a 'Verneinung' de Freud. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1954-55) **O Seminário Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. (1955-56) **O Seminário Livro 3: as psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. (1957-58) **O Seminário Livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. (1959-60) **O Seminário Livro 7: a ética da psicanálise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

_____. (1960) Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1962-63) **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. (1964a) **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. (1964b) A posição do inconsciente. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1966) A ciência e a verdade. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____. (1966-67) **O Seminário, livro 14: a lógica da fantasia**. Inédito.

_____. (1967-68) **O Seminário, livro 15: o ato analítico**. Inédito.

_____. (1969-70) **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1972-73) **O Seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

LAURENT, E. Psicanálise e violência: sobre as manifestações da pulsão de morte. In: MACHADO, O. M. R.; DEREZENSKY, E. (orgs.). **A violência: sintoma social da época**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

LEROI-GOURHAN, A. **Le Geste et la parole, technique et langage**. Paris: Albin Michel, 1962.

LÉVI-STRAUSS, C. *Guerre et commerce chez les Indiens de l'Amérique du Sud*. **Renaissance**. v. I. Nova York, 1943.

MACHADO, O. Violência e feminização do mundo. In: MACHADO, O. M. R.; DEREZENSKY, E. (orgs.). **A violência: sintoma social da época**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

_____. (2014). Violar corpos. **Opção Lacaniana Online: nova série**. (13), 5. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_13/Violar_corpos.pdf>. Acesso em: 04/02/2016.

MILLER, J-A. O osso de uma análise. In: **Agente – Revista de Psicanálise**. Bahia: Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

_____. *Conversation sur les embrouilles du corps*. In: **Ornicar? Revue du Champ Freudien**, 50. Paris: Seuil, 2003.

Organização Mundial de Saúde. (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Disponível em: <http://www.academia.edu/7619294/Relat%C3%B3rio_mundial_sobre_viol%C3%Aancia_e_sa%C3%BAde>. Acesso em: 18/02/2016.

RINALDI, D.L. **A ética da diferença**. Rio de Janeiro: Eduerj/Jorge Zahar Ed., 1996.

SAHLINS, M. **Âge de Pierre, âge d'abondance. L'Économie des sociétés primitives**. Paris: Gallimard, 1976.

SELDES, R. (2004) La angustia y la certeza. In: **Virtualia**, año III, nº 10. Disponível em: <<http://virtualia.eol.org.ar/010/default.asp?notas/rseldes2-01.html>>. Acesso em: 18/02/2016.

TROBAS, G. (2002) *Tres respuestas del sujeto ante la angustia: inhibición, pasaje al acto y acting out*. In: **Logos 1**. Editorial Grama, 2003.

ZIZEK, S. **Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZWEIG, S. **24 horas na vida de uma mulher**. Porto Alegre: L&PM, 2007.